

# Acção **Socialista**

Nº 1240 - 24 Março 2005

Director interino: Silvino Gomes da Silva  
Internet: [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



## ECONOMIA E COESÃO SOCIAL NAS PRIORIDADES DO GOVERNO



O debate do Programa do Governo mostrou duas coisas essenciais: um primeiro-ministro empenhado em levar rapidamente à prática os compromissos e objectivos essenciais do programa sufragado pelo povo português; e uma oposição de direita desorientada, ausente da discussão política e obcecada nos ataques pessoais. Com o novo Governo do PS, recomeçará o processo de consolidação das finanças públicas, mas como instrumento essencial de recuperação da economia. Porque é o crescimento

económico que reconduz Portugal ao processo de convergência com a União Europeia e gera o emprego e a riqueza de que todos necessitamos. Ao mesmo tempo, as políticas sociais e a qualificação retornam ao centro da agenda política: só com cidadãos mais qualificados, com combate determinado às desigualdades sociais e com a estratégia de desenvolvimento sustentável é que a mudança reclamada por todo o país se pode traduzir em melhor desenvolvimento.

### ENTREVISTA



**Jorge Coelho:**  
"Chegou a hora de tratarmos das autarquias" 12

### GOVERNO

**Compromissos concretos de acção para a legislatura** 10

### PARLAMENTO

**Jaime Gama eleito presidente da Assembleia da República** 8

### BANCADA SOCIALISTA

**Alberto Martins é o novo líder** 9

# RESPONSABILIDADE REDOBRADA

Inicia-se agora uma nova responsabilidade para o PS.

Poderá parecer lugar comum dizer-se que os partidos políticos têm como aspiração a oportunidade de pôr em prática os seus ideais, as suas ideias e os seus programas. Mas é isso que acontece quando se conquista a confiança do povo, em liberdade e em democracia.

Pela primeira vez na história do PS nacional os portugueses decidiram assumir um compromisso com base nas propostas socialistas e depositar no partido um elevado grau de confiança que nos permite hoje governar sem o imperativo de acordos directos com outras forças partidárias, tantas e tantas vezes perniciosos aos interesses do Estado e às reais necessidades dos cidadãos.

Temos, por isso, uma responsabilidade redobrada nesta legislatura, já que, por decisão inequívoca dos portugueses, é a nós e ao governo recém empossado que compete a tarefa de remir Portugal da crise económica instalada e devolver a esperança ao País. E este é um desafio a ganhar não pelas vias tortuosas do "autoritarismo", mas sim em respeito pela liberdade e através do programa socialista sufragado nas últimas eleições.

O modo como o PS tem sabido conduzir quer a formação do Governo, quer o enunciar das medidas de política prioritárias constitui uma marca de diferença pela positiva e um sinal de reencontro com as aspirações da generalidade dos portugueses. É assim porque somos diferentes, não apenas por razões de estilo ou de discurso, mas fundamentalmente pelo conteúdo das nossas propostas e pelo sério propósito de as fazer cumprir.

O Programa de Governo corresponde, assim, ao compromisso do PS com o eleitorado, numa distinção que nos orgulha registar: é que a aproximação dos políticos aos eleitores corresponde directamente a convergência entre o "contrato" estabelecido e a obrigatoriedade do seu cumprimento.

Enganaram-se aqueles que vaticinaram na vitória do PS o desvio nas propostas e nas responsabilidades socialistas e, identificada a crise

económica e social como questão central a resolver, está por natureza diferenciado o essencial do assessorio, já que não é possível solucionar o problema das finanças públicas com medidas prejudiciais à confiança dos portugueses e, por consequência, nocivas ao necessário crescimento da economia. Por isso, e bem, o Programa de Governo evita a tentação fácil de aumentar impostos, procurando, assim, atingir dois grandes objectivos: devolver a confiança no investimento e evitar o erro já cometido de, por exemplo, agravar a taxa do IVA, cujo resultado foi a diminuição da respectiva receita.

Caminhamos, com segurança e tranquilidade, na via que nos leva à redução da despesa pública e ao combate sem tréguas à evasão fiscal. Em simultâneo, o PS aposta nas pessoas, pela disponibilidade de mais meios e recursos nas áreas da formação e do conhecimento. Registe-se, neste sentido, o aumento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, como medida estruturante de qualificação, a par de formação profissional como percurso directo de melhor capacitação para o emprego.

Mas cabe também ao novo Governo o combate às desigualdades, incidindo na política social dirigida aos mais necessitados. O flagelo da pobreza actual confere-nos a obrigação de um olhar e de uma atitude diferentes para com essa marginalizada esfera da nossa sociedade. Os portugueses saberão compreender o esforço do Estado na solidariedade, num dever imposto pela diferença ideológica que nos separa da direita conservadora, agora destituída do poder pela livre vontade popular.

A nossa sensibilidade para as questões sociais, sem esquecermos o necessário desenvolvimento económico sustentável, caracteriza a esquerda moderna e corresponde à ambição de uma justa e equitativa acção política na luta que se quer pela igualdade de oportunidades.

Os portugueses já entenderam a diferença e terão, com certeza, a possibilidade de testemunhar as novas políticas que marcarão de formar indelével a nossa vida colectiva, na determinação firme do novo rumo para Portugal.



**RICARDO RODRIGUES**

DEPUTADO ELEITO PELOS AÇORES  
À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## SURPRAISE! E O OVO DE PÁSCOA VAI PARA... LUÍS DELGADO

ANTOONIO COLAÇO

**O APRESENTADOR:** Como vem sendo tradição, vamos atribuir o nosso tradicional **OVO DE PÁSCOA!**

**AS CLAQUES:** SAN-TA-NA! ME-NE-SES!ME-NE-SES!  
MAR-QUES-MEN-DES!JAR-DIM!

**O APRESENTADOR:** E O OVO VAI PARA....

**AS CLAQUES:** SAN-TA-NA! ME-NE-SES!ME-NE-SES!  
MAR-QUES-MEN-DES!JAR-DIM!

**O APRESENTADOR:** OH, MEUS AMIGOS, CALMA, CALMA, ISTO É A GALA DO OVO DE PÁSCOA DO ANTOONIO, O CONGRESSO É SÓ LÁ PARA ABRIL!

E O OVO VAI PARA....SURPRAISE: LUIIIIIIIIIIIS  
DELGAAAAADO!



# SÓCRATES APRESENTA PROGRAMA DE AMBIÇÃO PARA PORTUGAL



***O crescimento económico será a “maior prioridade” da acção governativa, assegurou o primeiro-ministro, José Sócrates, no primeiro dia do debate do Programa do Governo, no Parlamento, onde anunciou a redução das férias judiciais de dois para um mês e a instituição, já a partir de 2006, de uma pensão mínima de 300 euros para os idosos com mais de 80 anos, entre muitas outras medidas que visam “enfrentar os problemas do presente e preparar um melhor futuro para os portugueses”.***

No seu discurso de mais de uma hora, José Sócrates afirmou que “Portugal precisa de retomar uma trajectória de crescimento sustentado e de convergência com a Europa”, salientando que “o problema central do país é sobretudo um problema económico”. Mas, frisou, “insistir em reduzir esse problema económico às finanças públicas é um sério erro de perspectiva, que teve graves consequências no passado recente”. Por isso, Sócrates apresentou o Novo

Contrato para a Confiança a propor a todos os agentes económicos “capaz de relançar o investimento e de criar emprego”, e que “deverá envolver, nos quatro anos de legislatura, mais de 20 mil milhões de euros de investimento, cuja origem principal terá de ser, e só pode ser, o investimento privado”. Esta “nova e ambiciosa parceria estratégica público-privada”, adiantou o primeiro-ministro, será apoiada por “fundos públicos, de origem comunitária e nacional” e orientada par “a moder-

nização infra-estrutural do país e para o relançamento da nossa economia”.

Referindo que o “estímulo à concorrência” é o segundo elemento do Novo Contrato para a Confiança, José Sócrates prometeu a antecipação da liberalização do mercado do gás natural e da electricidade.

O terceiro eixo do Contrato para a Confiança é a “criação de um bom ambiente para o desenvolvimento empresarial”, que passa, segundo o primeiro-ministro, pela concretização de “um ambicioso programa de desburocratização e de modernização da Administração Pública”.

Nesse domínio, Sócrates destacou dois objectivos, “tornar possível em Portugal a criação de empresas num só dia” e a criação de “um processo de ‘via rápida’ para projectos que sejam considerados de interesse nacional.

Além deste Contrato, o chefe do Governo afirmou que o programa económico envolve, também, o Plano Tecnológico, e que visa dar uma “resposta integrada ao “défice das qualificações”, que considerou ser “um dos mais problemáticos que o país enfrenta”. Do vasto conjunto de medidas do Plano Tecnológico, destacou o projecto de colocação de mil jovens formados em gestão e tecnologia em Pequenas e Mé-

dias Empresas, o programa de introdução do inglês como disciplina obrigatória a partir do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico, a ter início já no próximo ano lectivo, e o aumento do investimento em Ciência e Tecnologia que atingirá no final da legislatura um por cento do nosso Produto Interno Bruto.

Ainda no plano económico, o primeiro-ministro reafirmou o “compromisso da consolidação das contas públicas”, salientando que “não é possível pensar no desenvolvimento económico sem finanças públicas saudáveis”.

Referindo que “os portugueses têm direito a conhecer a verdadeira situação das contas públicas e o Governo precisa dessa informação, para estruturar em bases sólidas a sua política”, José Sócrates anunciou a criação de uma Comissão liderada pelo governador do Banco de Portugal “para avaliar a real dimensão do défice orçamental”.

Uma vez concluída a avaliação sobre a verdadeira situação das contas públicas, o primeiro-ministro revelou que Governo apresentará no Parlamento “a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2008” e na Primavera de 2006 o Executivo apresentará ao Parlamento um orçamento plurianual para um período de cinco anos. Embora considerando que a chave do problema da consolidação das contas

públicas “está do lado da despesa”, José Sócrates rejeitou a “ideia, falsa e perigosa, de que tudo se joga do lado da despesa”. Por isso, frisou, o Governo “assumirá, com determinação, o combate à fuga e à evasão fiscal”.

### ***Beneficiar os mais necessitados***

Na sua intervenção, muito aplaudida pela bancada do PS, José Sócrates apontou a coesão social como o segundo desafio que o Programa do Governo visa enfrentar.

Neste âmbito, apontou o combate à pobreza dos idosos como uma das mais importantes prioridades do Governo, prometendo que até ao final da legislatura, nenhum idoso em Portugal continuará a ter de viver com menos de 300 euros de rendimento mensal. E anunciou que, a partir de 2006, os idosos com mais de 80 anos já vão poder beneficiar da pensão mínima de 300 euros, que será progressivamente alargada a todos os idosos com mais de 65 anos.

José Sócrates prometeu ainda que, já no próximo mês, será lançado um plano de combate à fuga nas contribuições para a segurança social.

Na mesma linha, adiantou que também

## PRIMEIRAS MEDIDAS AVANÇADAS PELO PRIMEIRO-MINISTRO

*Criação de um programa que vai colocar mil jovens formados em gestão e tecnologia em pequenas e médias empresas (PME).*

*Programa de introdução do inglês como disciplina obrigatória a partir do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico, a ter início já no próximo ano lectivo nas escolas globadas em agrupamentos escolares.*

*Aumento do investimento em Ciência e Tecnologia de forma a atingir no final da legislatura 1 por cento do nosso Produto Interno Bruto.*

*Lançamento no primeiro mês de Governo de um plano de combate à fuga nas contribuições para a segurança social.*

*Adopção de um plano de combate à fraude nas prestações sociais de doença e de desemprego*

*Aprovação de uma nova Lei da Água e cumprimento da Directiva-Quadro da Água.*

*Criação de uma "via rápida" para licenciamento de projectos de investimento que sejam considerados de interesse nacional.*

*Apresentação nos primeiros 100 dias de Governo de uma nova e mais justa lei das rendas.*

*Apresentação de uma proposta de lei destinada a estabelecer limites à concentração da propriedade dos meios de comunicação social.*

*Adopção, num prazo de um ano, do documento único automóvel – em vez dos dois que actualmente existem.*

*Criação do cartão comum do cidadão, em substituição do bilhete de identidade, cartão de eleitor, cartão de contribuinte, cartão de saúde e cartão da segurança social.*

*Redução das férias judiciais de dois meses para um mês.*

*Revisão da Lei de Defesa Nacional e a aprovação de uma Lei de Programação das Infra-estruturas Militares complementam as prioridades centrais do Governo em matéria de Defesa.*

*Apresentação de uma proposta de lei que visará alcançar um consenso sobre o elenco dos cargos dirigentes da administração pública de nomeação e sua vinculação ou autonomia face às mudanças eleitorais.*

## ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PROGRAMA DO GOVERNO

# FALTA VISÃO ESTRATÉGICA AO PSD E CDS/PP



No encerramento do debate do programa do Governo, aprovado sem votação, uma vez que nem a oposição avançou com uma moção de rejeição nem o Executivo apresentou uma moção de confiança, José Sócrates criticou o PSD e o CDS/PP por terem apostado em ataques ao ministro Freitas do Amaral em vez de apresentarem uma visão estratégica alternativa. "Não foi aqui apresentada nenhuma visão estratégica alternativa à que o Governo propôs e houve até quem se apresentasse neste debate mais apostado em fazer críticas pessoais, marcadas pelo despeito e pelo ressentimento do que em ter a grandeza de se concentrar nas questões de Estado", declarou o primeiro-ministro, numa alusão aos ataques de que foi alvo o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, por parte dos partidos da direita pelas suas posições contra a política da Administração Bush em relação ao Iraque. Num discurso curto de apenas 15

minutos, Sócrates afirmou que as propostas do Governo não foram "alvo de particular crítica de que possa fazer história". Segundo sublinhou, "o Governo quer recuperar a credibilidade das instituições e afirmar um novo projecto político mobilizador, capaz de contribuir para a recuperação da confiança". E afirmou estar convicto que "os agentes económicos compreenderam a mensagem: este Governo quer puxar pela economia, este é um Governo amigo da economia". No entanto, o primeiro-ministro advertiu que o Governo "tem a sua agenda", que "está longe de ser uma agenda para gerir reivindicações corporativas que dominam as atenções mediáticas, tantas vezes se sobrepondo aquilo que são as prioridades do interesse geral e as preocupações da maioria dos portugueses". Para Sócrates, com este debate, "ficou claro que o Governo reconhece e respeita

a legitimidade dos interesses que se manifestam na sociedade portuguesa, como sociedade pluralista que é, mas ficou claro que o Governo, seguro do seu mandato e da sua legitimidade democrática, está aqui para cumprir o seu dever de fazer afirmar o interesse geral sempre que ele for conflituante com os interesses particulares". O Governo tem "um rumo e um projecto, mas será respeitador do Parlamento e aberto à construção dos consensos que o país possa reclamar", afirmou. "Fizemos um debate como deve ser: um debate com elevação, sem ajustes de contas e sem maledicência gratuita", frisou, acrescentando que "este debate mostrou um Governo seguro e confiante. Seguro do seu programa e do caminho que escolheu; confiante na capacidade dos portugueses para vencerem as dificuldades do presente". Com a aprovação do Programa do Governo, o Executivo entrou formalmente na plenitude das suas funções.

>>>

no próximo mês será adoptado um plano de combate à fraude nas prestações sociais de doença e de desemprego. Na área da saúde, o primeiro-ministro assumiu duas prioridades: "Melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, nos centros de saúde – pilar central do sistema de saúde; e promover a saúde entre os idosos, por via de uma melhor articulação entre os diferentes serviços, incluindo a segurança social". Por outro lado, o Governo compromete-se "a relançar a política de combate à toxicod dependência, no plano da prevenção mas também em matéria de tratamento, redução de danos e reinserção social". Na sua intervenção, Sócrates afirmou ainda que Portugal vai ter, finalmente,

uma nova Lei da Água, que o programa Polis "conhecerá um novo dinamismo", e nos primeiros 100 dias o Governo apresentará na Assembleia da República "uma nova e mais justa lei das rendas". No domínio da desburocratização, o primeiro-ministro anunciou que, no prazo de 12 meses, será adoptado "o documento único automóvel em vez dos dois que actualmente existem". "A esta medida soma-se outra de grande impacto contra a burocracia: a criação do cartão comum do cidadão, que nos dispensará a todos de coleccionar bilhete de identidade, cartão de eleitor, cartão de contribuinte, cartão de saúde e cartão da segurança social", acrescentou. Visando dar um "um contributo decisivo para uma maior celeridade do sistema judicial", o primeiro-ministro anunciou

o propósito de propor à Assembleia da República que "a suspensão do funcionamento normal dos Tribunais no Verão seja reduzida de dois meses para um mês". No plano internacional, Sócrates assumiu "o triângulo estratégico" da nossa política externa, que "articula a centralidade da opção europeia, a nossa vocação atlântica e o compromisso com a lusofonia". José Sócrates reafirmou ainda a intenção de realizar nesta legislatura um novo referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e garantiu que o Governo apresentará uma proposta de lei que "visará alcançar um consenso sobre o elenco dos cargos dirigentes da administração pública de nomeação e sua vinculação ou autonomia face às mudanças eleitorais".

# FREITAS DO AMARAL DEFENDE REFORÇO DA COOPERAÇÃO COM PALOP E TIMOR

O reforço da cooperação bilateral com os PALOP e Timor-Leste, foi defendido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, sublinhando que Portugal tem de se projectar simultaneamente na direcção da lusofonia e da Europa.

"O Governo propõe-se rever, sistematizar e dinamizar, em toda a medida das nossas potencialidades presentes e futuras, a cooperação bilateral entre o nosso país e cada um dos PALOP, assim como em Timor-Leste", afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Por outro lado, Freitas do Amaral saudou a "reaproximação" dos Estados Unidos à Europa, nomeadamente à França e à Alemanha, considerando que "as recentes declarações do lado norte-americano, todas no sentido de privilegiar a diplomacia", são "razões suficientemente fortes para que do lado europeu se possa encarar com confiança a nova fase em que entrou o diálogo euro-atlântico".

Na sua primeira intervenção no Parlamento enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, que foi um dos fundadores do CDS, não deixou também de fazer uma referência ao facto de integrar agora o Governo do PS.

"Por grande que possa ter sido a surpresa de alguns, não é esta, contudo, a primeira vez que apoio politicamente, no Parlamento, um Governo do Partido



Socialista: já o tinha feito, antes, em 1978, quando subscrevi e apoiei o II Governo Constitucional, da presidência do doutor Mário Soares", recordou. Sublinhando que apoia "com naturalidade e sem angústias existenciais" o Governo de José Sócrates, Freitas do Amaral considerou "normal" fazer "alianças com

o socialismo democrático".

"Para o centrista e democrata-cristão que sempre fui, e continuo a ser, nada há de mais normal do que fazer alianças com o socialismo democrático. Basta conhecer a história da política europeia desde 1945, incluindo o mapa de coligações da actualidade", esclareceu.

# MARIANO GAGO ANUNCIA AVALIAÇÃO INTERNACIONAL DO ENSINO SUPERIOR



O Governo vai promover um processo de avaliação internacional e independente de todo o ensino superior, com vista "a reorganizar e melhorar a qualidade", anunciou o ministro Mariano Gago, no debate do programa de Governo na Assembleia da República.

"No actual quadro internacional, é imperativo que todo o nosso sistema de ensino superior, público e privado, universitário e politécnico, seja avaliado internacionalmente de forma independente, transparente e exigente", afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, adiantando que

"não interessa manter cursos artificialmente".

Na área da ciência, o ministro avançou com a posição favorável do Governo à investigação para fins terapêuticos com células estaminais (que têm a capacidade de se transformar em qualquer tipo de tecido ou órgão), pondo fim a uma situação de impasse nesta matéria.

"Não vemos qualquer razão para proibir a investigação com células estaminais para fins terapêuticos, tal o seu potencial benefício para a saúde humana", afirmou.

Mariano Gago reafirmou ainda, perante os deputados, a prioridade do plano tecnológico, que visa a redução para metade do insucesso escolar no ensino básico e secundário e duplica investimento público em Investigação e Desenvolvimento, entre outras metas.

"Vencer o atraso científico e tecnológico do país, formar e qualificar, inovar, são prioridades absolutas deste programa de Governo", salientou, adiantando que é neste plano que o Governo quer assentar a base do crescimento futuro de Portugal.

# LUÍS CAMPOS E CUNHA ADMITE DÉFICE REAL SUPERIOR A SEIS POR CENTO

Na sua estreia perante o Parlamento como ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha admitiu que o défice orçamental seja actualmente superior a seis por cento do Produto Interno Bruto (PIB), sem receitas extraordinárias.

Luís Campos e Cunha considerou de um "enorme irrealismo" o Orçamento do Estado herdado do Governo anterior, por pressupor que a economia portuguesa "cresceria este ano 2,4 por cento", e adiantou que apresentará antes do Verão uma proposta de Orçamento Rectificativo. Segundo o ministro de Estado e das Finanças, a prioridade será a discussão no Parlamento de uma proposta do Governo para a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento de Portugal para o período entre 2005 e 2008, sem recurso a receitas extraordinárias, documento que depois será entregue em Bruxelas.

"Este Programa de Estabilidade e Crescimento será a base do Orçamento Rectificativo para 2005, que apresentaremos no Parlamento antes do Verão", sublinhou, referindo que o Executivo apresentará "um outro documento essencial", o Programa Plurianual de Redução da Despesa Pública.

"O nosso grande desafio é concretizar o



programa com inteligência e determinação política, sem preocupações eleitoralistas que nos desviem do interesse nacional", disse.

O novo ministro sublinhou ainda que

pretende reduzir o défice através da redução da despesa, que "não poderá assentar em cortes horizontais cegos", e do alargamento da base fiscal por via do combate à fraude.

# PS ENTREGOU PROJECTO PARA NOVO REFERENDO SOBRE O ABORTO

O Grupo Parlamentar do PS entregou terça-feira na mesa da Assembleia da República uma proposta para a realização de um novo referendo sobre a despenalização do aborto e um projecto de alteração à lei penal. "Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?" é a questão que os socialistas propõem que se coloque aos portugueses.

O projecto de resolução que propõe a consulta popular foi anunciado pelo líder da bancada socialista, Alberto Martins, na passada segunda-feira, durante o debate do programa do Governo, tendo o primeiro-ministro, José Sócrates, assegurado que iria participar na campanha pelo "sim".

A acompanhar a proposta de referendo, para a qual o PS não indicou ainda uma data, os socialistas entregaram um diploma que propõe despenalizar o aborto nas primeiras dez semanas de gravidez "a pedido da mulher e após uma consulta num Centro de Acolhimento Familiar". No texto do projecto de lei para alterar o Código Penal, que foi entregue em conjunto com a proposta de referendo, o PS afirma que evoluiu de posição nos últimos anos e defende agora a legalização do aborto até às dez e não às doze semanas, como propunha em 1997.

A "valorização do estado dos conhecimentos médicos" e a consulta de "outros ordenamentos jurídicos", bem como o desejo do PS de alargar o consenso em torno da alteração da legislação, são os motivos apontados para esta mudança de prazo.

Além de permitir a interrupção voluntária da gravidez (IVG) nas primeiras dez semanas, tendo como única condição a consulta prévia de um Centro de Acolhimento Familiar, o diploma do PS alarga o prazo para a realização do aborto das 12 para as 16 semanas em caso de perigo para a saúde física ou psíquica da mulher.

Também até às 16 semanas de gravidez, o projecto prevê que deixe de ser punível o aborto que ponha em perigo a saúde física ou psíquica da mulher "por razões de natureza económica ou social", que actualmente não são contempladas na legislação.

O deputado socialista Vitalino Canas adiantou que "a intenção do PS é que os projectos sejam agendados o mais rapidamente possível".

# LÍDER DA BANCADA SOCIALISTA ELOGIA PROGRAMA E GARANTE APOIO AO GOVERNO

Alberto Martins elogiou o Programa do Governo por considerar que este aponta "um novo rumo para o país" consubstanciado num "vasto conjunto de medidas, de soluções e propostas", que, defendeu, "permitirão a Portugal retomar a trajectória do crescimento económico sustentado e de convergência com a Europa".

Por isso, o líder da bancada socialista garantiu, "em nome dos valores e dos objectivos constantes neste documento estratégico", que "o Grupo Parlamentar do PS apoiará a acção do XVII Governo Constitucional, servindo assim os interesses dos portugueses".

Ao recordar que no documento debatido em plenário parlamentar nos passados dias 21 e 22 de Março estão bem patentes e identificados os desafios fundamentais para o futuro nacional, recém-eleito líder

da bancada socialista retomou e reafirmou as linhas mestras da estratégia do Executivo chefiado por José Sócrates: crescimento económico, coesão social, qualidade de vida, qualificação da democracia e do sistema de justiça e afirmação da nossa política externa.

Reconhecendo que o Programa de Governo é "ambicioso", Alberto Martins lembrou, porém, que ele "responde o forte apelo de mudança recentemente expresso pela maioria dos portugueses" e respeita o compromisso político que o PS submeteu a sufrágio.

O deputado retomou depois a garantia deixada pelo primeiro-ministro no início dos trabalhos parlamentares, para reiterar que o documento não servirá para "um ajuste de contas com o passado, mas para resolver os problemas do nosso país".

E porque o Governo liderado por José



Sócrates está apostado numa "nova forma de fazer política", Alberto Martins assegurou que estão a ser dados os primeiros passos no sentido da necessária reconquista da

confiança dos portugueses, que também se alcançará "sem tiques de arrogância", com "diálogo parlamentar", mas assumindo claramente os valores, as ideias

e as estratégias" socialistas.

"Os partidos da anterior maioria parlamentar não perceberam, ainda, plenamente, que a razão da sua derrota se deve a um mau desempenho e a uma governação sem rumo nem futuro", bem como à rejeição da sua "políticas para Portugal", declarou, assegurando de seguida que "com o PS os portugueses não foram e não serão enganados. Com este Programa de Governo os portugueses constam que o PS não diz uma coisa antes das eleições e outra quando assume a direcção dos destinos do país".

No encerramento do debate sobre o Programa de Governo, o líder parlamentar socialista reiterou ainda a promessa de respeito pelos direitos da oposição, salientando que o Governo do PS "não governará contra nenhum partido" mas sim para os portugueses. **M.R.**

## REFERENDO SOBRE A EUROPA É PRIORIDADE PARA VITORINO

A "prioridade central" do Executivo socialista quanto à política europeia é a aprovação do tratado constitucional, de preferência, já em Outubro. Esta a ideia-chave deixada, no passado dia 21, no hemiciclo de São Bento, por António Vitorino, durante o debate sobre o Programa de Governo.

"Não me preocupa a simultaneidade com as autárquicas porque o conteúdo político do debate europeu devia começar desde já", esclareceu o deputado do PS.

Já no tocante às opções gerais da política externa portuguesa, Vitorino sublinhou que o documento estratégico do Executivo liderado por José Sócrates "reafirma a integração europeia, reitera o compromisso de numa sólida relação transatlântica e enaltece o especial relacionamento com os países e as comunidades lusófonas". O ex-comissário europeu fez questão de

deixar claro que estes três eixos estruturantes, "que se potenciam mutuamente e não são de modo nenhum contraditórios", desenvolvem-se "num pano de fundo que aposta no multilateralismo e no respeito do direito internacional".

A propósito do triplo desafio que se coloca no âmbito da concretização, no quadro da União, da Agenda de Lisboa — potenciar competitividade e inovação, investir em I&D e garantir padrões elevados de coesão social e equilíbrio ambiental —, o parlamentar socialista afirmou-se satisfeito por constatar que "estas prioridades têm plena consagração no Programa de Governo e merecem o apoio inequívoco da bancada do Partido Socialista".

Advogando um "crescimento sustentado" indissociável da suas componentes social



e ambiental, António Vitorino alertou para a necessidade de alterações substanciais no modo de funcionamento do mercado

de trabalho europeu com vista a alcançar o objectivo de criação de 10 milhões de postos de trabalho até 2015.

E porque o destino da Agenda de Lisboa, ou seja, do modelo económico e social da União está directamente dependente da reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), Vitorino saudou as opções do Governo, expressas no seu programa, no sentido de "flexibilizar o PEC, salvaguardando o valor essencial da estabilidade macro-económica".

Neste contexto, sublinhou como "particularmente importante" que o processo de ajustamento das finanças públicas seja feito em função de dois critérios essenciais, o nível de desenvolvimento de cada Estado-membro e a despesa necessária à execução de certas reformas estruturais, tendo também defendido a diversificação das fontes de financiamento comunitário e a alteração das condições de utilização dos mesmos. **M.R.**

## REALIZAR A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

A mudança que o programa de Governo protagoniza é marcada pelas palavras "igualdade, solidariedade e futuro", afirmou no dia 21 a deputada socialista Sónia Furtuzinhos, para quem este é "o primeiro sinal" de que o país está perante "um Governo que não se resigna e que não desiste". É por isso, salientou na sua intervenção, que o Governo e a maioria "não desistem de realizar e ganhar um novo referendo sobre a IVG", bem como do "combate às desigualdades entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho" e da "promoção da igual valorização social da maternidade e da paternidade".

Segundo Sónia Furtuzinhos, o XVII Governo Constitucional "não se resigna ao desemprego, à pobreza e à exclusão", e por isso "não desiste da promoção de mais e melhor emprego" e "assume um compromisso de criação de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos". Mas porque o Governo tem igualmente "uma ambição para o futuro", a deputada socialista referiu que é por isso também que Executivo e maioria parlamentar "não desistem de apostar e contribuir decisivamente para o Portugal do conhecimento, da inovação, da qualificação, da coesão e da participação de todos e todas no Portugal mais competitivo e desenvolvido".

## ALEGRE DEFENDE GOVERNAÇÃO COM IDENTIDADE SOCIALISTA

O deputado socialista Manuel Alegre fez a defesa do Programa do Executivo e apelou a que, nos próximos quatro anos, se prove que "é possível governar com soluções novas, preservando e reforçando a identidade do PS".

"Os portugueses não votaram no Partido Socialista para que tudo fique na mesma. Muito menos para que o PS governe com as ideias que foram derrotadas, porque não foram só os dirigentes do PSD e do CDS que perderam, foram as suas ideias e as suas políticas", sublinhou.

Rebatendo as críticas com que a oposição pretendeu desvalorizar o documento estratégico do Executivo, alegando ser este uma cópia do programa eleitoral do PS, Alegre considerou o reparo um elogio, na medida em que, frisou: "ao contrário de

um passado recente, não se virou do avesso a proposta sufragada".

"É assim que se reabilita a política e se restabelece a confiança" afiançou, para depois se insurgir contra "receitas de pensamento único" que pretende fazer crer que não é possível compatibilizar rigor nas contas públicas com crescimento económico.

"Contra o dogmatismo neoliberal é possível fazer a diferença", venceu, para em seguida lançar um apelo à verdadeira "mudança no que faz mudar", nomeadamente, a educação, o investimento público e privado, a qualificação científica e tecnológica e a cultura, que não devem estar sujeitas aos sacrifícios "vãos" do défice orçamental.

Após defender o restabelecimento do papel

dos sindicatos, a harmonização de políticas públicas com estratégias empresariais geradoras de riqueza, a promoção do conhecimento, inovação e da tecnologia, Manuel Alegre lembrou que o Governo do PS "não pode ser indiferente à pobreza, nem ao problema do desemprego, ao insucesso ou ao abandono escolar, à degradação do ambiente e deve persistir nas políticas da igualdade entre mulheres e homens".

Para o histórico socialista, é um imperativo da governação do PS empenhar-se em acabar com o escândalo da criminalização da interrupção voluntária da gravidez e conduzir a urgente necessidade de uma "moralização da vida pública com mais transparência e uma nova determinação no combate aos corporativismos e interesses instalados". **M.R.**

## SÓCRATES NA TOMADA DE POSSE

# "TRANSFORMAR O PORTUGAL DAS FATALIDADES NO PORTUGAL DAS OPORTUNIDADES"



**A resolução de estrangulamentos que "impedem que o interesse geral se imponha aos interesses particulares e corporativos que não servem a maioria dos portugueses" foi assumida como uma prioridade por José Sócrates no seu discurso de tomada de posse do novo Governo, em que anunciou dois propósitos concretos: a venda livre fora das farmácias de medicamentos que não precisam de prescrição médica e a realização do referendo europeu no mesmo dia das eleições autárquicas. O novo chefe de Governo exprimiu a ambição de "transformar o Portugal das fatalidades no Portugal das oportunidades".**

"Não há nenhuma boa razão que impeça que os medicamentos de venda livre, não sujeitos a receita médica, possam ser adquiridos em qualquer estabelecimento, desde que reúna as condições técnicas exigíveis de qualidade e segurança, nomeadamente o controlo técnico por um farmacêutico", afirmou, salientando que, "para este Governo, a defesa da concorrência e a defesa do consumidor são para levar a sério".

José Sócrates propôs também que o referendo sobre o Tratado Europeu seja realizado em simultâneo com as eleições autárquicas, de forma a favorecer "a participação cívica" e "confiando na capacidade política dos portugueses", afirmando-se por isso empenhado "numa revisão da Constituição que permita esta simplificação e este enriquecimento da nossa vida cívica e política".

No seu discurso de nove páginas, o primeiro-ministro enumerou "as grandes prioridades" que vão pautar a acção do seu Executivo, apontando a necessidade de "vencer os factores estruturais que condicionam o nosso desenvolvimento", "recuperar o crescimento económico e combater o desemprego" e "reduzir decisivamente as desigualdades e os níveis de pobreza". Prioridades que,

segundo Sócrates, se inserem num "plano de mudança" assente em três pilares: "Conhecimento, inovação e tecnologia". Referindo ser ambição do Governo "transformar o Portugal das fatalidades no Portugal das oportunidades", José Sócrates sublinhou que o povo português se expressou nas legislativas de 20 de Fevereiro "não a favor de uma mera alternância mas a favor de um novo projecto alternativo".

Por isso, "o que não faremos é governar

com o programa dos outros, sejam eles mais à esquerda ou mais à direita. Este Governo tem a sua agenda, o seu projecto e o seu rumo", asseverou.

"Este Governo não é um Governo sem alma. Este Governo não se rende ao pragmatismo sem valores, nem confunde competência com tecnocracia", garantiu, acrescentando que o seu Executivo tem uma "identidade política" e um quadro de "princípios e valores que o inspiram e que orientarão a sua conduta política". José Sócrates traçou ainda as linhas-mestras porque se vai pautar a política externa, referindo que o XVII Governo assegurará "a presença actuante e empenhada de Portugal na NATO" e "a continuação e aprofundamento das nossas relações de amizade e cooperação recíproca com os Estados Unidos".

O primeiro-ministro advertiu, no entanto, que Portugal se baterá pelo "primado do direito internacional", afirmou a "centralidade da opção europeia" do país e garantiu que se manterá "o compromisso com a lusofonia".

J.C.C.B.



## SECRETÁRIOS DE ESTADO EMPOSSADOS POR SAMPAIO

Os 35 secretários de Estado do Governo do PS, liderado por José Sócrates, foram empossados no dia 14 pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, numa cerimónia simplificada, sem discursos, que durou cerca de 30 minutos no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Depois de terem lido a "declaração de compromisso e honra", os novos governantes receberam cumprimentos dos convidados.

Como é habitual na tomada de posse dos secretários de Estado, nem o Presidente da República, nem o primeiro-ministro, José Sócrates, discursaram.

Nove dos 35 secretários de Estado que tomaram posse são dirigentes do PS em órgãos como o Secretariado Nacional ou a Comissão Política.

Assistiram à tomada de posse representantes dos órgãos de soberania e do corpo diplomático e os ministros do novo Governo.

O secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lação, tinha tomado posse com os 16 ministros.

Com esta tomada de posse fica completo o XVII Governo Constitucional que tem 51 elementos. A composição de todo o elenco governamental é publicada na contracapa desta edição do "Acção Socialista".



## PRIMEIRO-MINISTRO PROMETE COOPERAR COM O PARLAMENTO

O primeiro-ministro, José Sócrates, felicitou Jaime Gama pela sua eleição para a presidência da Assembleia da República e afirmou estar determinado em manter as melhores relações institucionais com o Parlamento.

Numa missiva enviada a Jaime Gama, José Sócrates garante a sua "determinação em manter as melhores e mais cordiais relações institucionais entre o Parlamento e o Governo".

"Por ocasião da sua tão expressiva eleição para o alto cargo que agora passa a desempenhar, quero dirigir-lhe uma especial saudação pelo que tal eleição significa de reconhecimento dos seus méritos políticos e pela dimensão da sua carreira de estadista", refere o primeiro-ministro.

José Sócrates diz ainda ter acompanhado a eleição de Jaime Gama para a presidência da Assembleia da República "com emoção".

"A minha satisfação pessoal é ainda reforçada pela grande admiração que desde sempre nutro pelas suas qualidades humanas e políticas, que agora põe, uma vez mais, ao serviço de Portugal", acrescenta o chefe do Executivo na carta dirigida ao ex-ministro dos Negócios Estrangeiros dos governos socialistas.

## SÓCRATES MANIFESTA A ZAPATERO EMPENHO NA LUTA CONTRA O TERRORISMO

José Sócrates escreveu no dia 11 de Março ao chefe do Governo espanhol para transmitir que Portugal estará empenhado nos esforços conjuntos da luta contra o terrorismo, "flagelo contemporâneo" que disse afectar todos os países. A carta de Sócrates, escrita na qualidade de secretário-geral do PS, refere que os "bárbaros acontecimentos de 11 de Março do ano passado" são recordados "com profunda dor".

"Quero expressar-te a minha mais sincera solidariedade e empenho no combate a todos aqueles que recorrem à violência indiscriminada para atingirem os seus objectivos", refere na missiva enviada a Zapatero.

"Podes contar sempre comigo e com o meu Governo nos esforços conjuntos da luta contra o terrorismo e na busca de melhores estratégias para erradicar este flagelo contemporâneo que a todos afecta", acrescentou José Sócrates.

JAIME GAMA QUER

# MAIOR PROTAGONISMO DO PARLAMENTO E CORRIGIR DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA ELEITORAL

*No seu primeiro discurso como presidente da Assembleia da República, Jaime Gama afirmou esperar que as “deficiências” do actual sistema eleitoral sejam supridas até ao final da legislatura, prometendo exercer o mandato com “sobriedade, eficiência e sentido de equilíbrio”. Afirmando não ser adepto dos “chamados pacotes grandiloquentes” sobre “reformas globais” dos sistemas políticos, Gama disse preferir antes bater-se por “modificações consequentes, que assegurem à Assembleia da República protagonismo crescente e responsável”.*

O novo presidente da Assembleia da República referiu ainda que a actual legislatura “emana de um acto eleitoral expressivamente concorrido”, sendo por isso, sustentou, de “reafirmação de confiança nas instituições representativas e não uma legislatura de crise de identidade quanto à leitura política do abstencionismo, da indiferença ou do desânimo”. Para Jaime Gama, a existência no Parlamento de um só partido com maioria absoluta representa uma “grande mudança” e “uma enorme responsabilidade” para o Governo e para o partido que o apoia “na precisão de objectivos, na calendarização de reformas e medidas, na definição do método governativo adequado e no diálogo com a opinião pública”. Mas, acrescentou, o actual quadro político (de maioria absoluta do PS) também responsabilizará a oposição “na

estruturação da crítica, na definição de alvos diferenciadores e na construção de alternativas politicamente sufragáveis aos olhos do eleitorado”. Neste quadro, frisou, “os debates mensais com o primeiro-ministro, a presença assídua do Executivo em plenário e nas comissões, as interpeleções, perguntas ao Governo e debates sobre assuntos de relevante interesse nacional, a ratificação de decretos-lei, os requerimentos, as audições e as comissões de inquérito – que urge credibilizar – ganham especial relevo”. Nesta matéria, no entanto, Jaime Gama deixou um aviso em relação ao uso destas figuras regimentais pelos deputados. “Espero não que sejam concebidas como factores de criação de eventos políticos com algum impacto e sem grande consequência”, mas “como instrumento continuado de controlo – freio e contrapeso – do Governo”, disse.



Jaime Gama sublinhou ainda que o Parlamento fica mais forte quando “é capaz de reencontrar o essencial das suas funções, as quais obviamente são algo mais do que um terreno frívolo para obtenção de informação privilegiada sobre a vida interna dos partidos ou para facilidades logísticas multiusos ao dispor da primeira promoção expedita”. Depois de defender o reforço das assessorias técnicas das comissões parlamentares de Assuntos Europeus e de

execução orçamental (e controlo das contas públicas), Gama assumiu como objectivo o reforço da cooperação institucional do Parlamento com outros órgãos de soberania (Presidência da República, Governo e tribunais). O novo presidente da Assembleia da República referiu ainda que no próximo dia 25 de Abril se comemorará os 30 anos das eleições para a Assembleia Constituinte. Nas comemorações, revelou Jaime Gama,

serão convidados para se reunirem com os actuais parlamentares os deputados que fizeram parte da Assembleia Constituinte. Será um modo de “recordar etapas inesquecíveis da edificação do nosso sistema democrático”. No seu discurso, não deixou ainda de elogiar o seu antecessor, Mota Amaral, pela “forma digna, independente e democrática” como exerceu as funções de presidente da Assembleia da República.

## SOCIALISTAS ELEITOS PARA OS ÓRGÃOS DA AR

Jaime Gama foi eleito por larga margem para presidente da Assembleia da República com 197 votos a favor e 32 brancos, num universo de 229 deputados, não se tendo registado votos contra. Da bancada do PS foram também eleitos para os órgãos da Assembleia da República os seguintes camaradas: Manuel Alegre (vice-presidente), Maria Carrilho (secretária da mesa) e Rosa Albernaz, Miguel Coelho e Celeste Correia (vice-secretários). Para o conselho de administração da Assembleia da República foi eleito José Lello.



## JAIME GAMA: DA OPOSIÇÃO À DITADURA À PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA

Fundador do PS, várias vezes ministro e deputado, o novo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, 57 anos, licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, é um dos políticos portugueses com mais vasto currículo. Natural dos Açores, o militante nº 41 do PS frequentou o liceu em Ponta Delgada, onde se iniciou na oposição à ditadura do Estado Novo, o que o levou a ser preso pela PIDE, pela primeira vez, em 1965. Voltaria a ser preso em 1970, sendo posteriormente colocado em residência fixa. Em 1969, é candidato a deputado pela CEUD à antiga Assembleia Nacional, nas fraudulentas eleições do marcelismo,

antes de participar como militante no interior do país na fundação do PS, em 1973. Após o 25 de Abril de 1974, no qual participa como militar, na Figueira da Foz, é eleito aos 27 anos para a Assembleia Constituinte – mantendo-se sempre deputado, excepto quando integrou como ministro da Administração Interna o Governo PS/CDS, em 1978, e como titular da pasta dos Negócios Estrangeiros nos governos do Bloco Central (PS/PSD), entre 1983 e 1985, e de António Guterres, entre 1995 e 2002. Na Assembleia da República, presidiu às comissões de Defesa e dos Negócios Estrangeiros – as duas áreas em que se tornou especialista – e foi líder parlamentar

durante os últimos anos do cavaquismo, com Guterres na liderança do PS, protagonizando alguns dos debates mais vivos do plenário. Gama foi duas vezes candidato derrotado a secretário-geral do PS: contra o actual governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, em 1986, e contra o agora Presidente da República, Jorge Sampaio, em 1988. O novo presidente da Assembleia da República teve também uma passagem pelo jornalismo, como colaborador da revista “O Tempo e o Modo”, redactor do “Jornal do Funchal” e do “República” e director dos serviços de informação da antiga Emissora Nacional, logo após a Revolução dos Cravos.



## NOVO LÍDER DO GP/PS

ALBERTO MARTINS PROMETE APOIO  
“CRÍTICO E SOLIDÁRIO” AO GOVERNO

**Os deputados socialistas vão trabalhar no sentido de dar um “apoio crítico e solidário” ao Governo para “resolver os problemas do país”, assegurou o novo presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Alberto Martins, em declarações após a sua eleição.**

Alberto Martins foi eleito no passado dia 16 presidente do Grupo Parlamentar do PS com 83 votos a favor, 18 contra e dez em branco, tendo participado no acto eleitoral 111 dos 121 deputados socialistas.

Dos 12 vice-presidentes da direcção anterior, Alberto Martins manteve nos seus cargos Ana Catarina Mendes, Guilherme d'Oliveira Martins, Strecht Ribeiro, José Junqueiro, Manuela de Melo, Manuel Maria Carrilho, Maria de Belém e Mota Andrade.

Os quatro novos vice-presidentes da bancada socialista são António Galamba, Cristina Granada, Marcos Perestrello e Vitalino Canas.

Em relação à equipa de vice-presidentes da anterior direcção saíram Afonso Candal, Rui Cunha, Ana Benavente (que

não fez parte das listas de deputados às legislativas de 20 de Fevereiro) e José Magalhães, que integra o XVII Governo Constitucional como secretário de Estado.

A presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, e o líder da JS, Pedro Nuno Santos, juntam-se, por inerência, à direcção da bancada.

Entre as 12 vice-presidências, Alberto Martins atribuiu quatro a mulheres, respeitando a regra das quotas de género já existente no conjunto dos 121 deputados que compõem o GP/PS.

Os deputados socialistas elegeram ainda o camarada Rui Vieira para a presidência do conselho fiscal da bancada do PS. Na sua primeira intervenção em plenário como líder parlamentar do PS, Alberto

Martins saudou a eleição de Jaime Gama e concordou com a ideia avançada pelo novo presidente da Assembleia da República de reformular o sistema político.

“Há necessidade de uma modernização global do sistema político”, defendeu Alberto Martins, sublinhando que “o Parlamento é o lugar do exercício do contraditório, do pluralismo, do dissenso, do consenso e sobretudo e em tudo o exercício maior da democracia”.

Pelo Governo, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, assegurou que o seu conceito dos direitos e deveres dos deputados se mantém igual ao que tinha quando ocupava o seu lugar na oposição e prometeu respeitar “todos os direitos e o regimento da Assembleia da República”. Augusto Santos Silva enalteceu ainda a luta de Jaime Gama contra a ditadura e o empenho na independência de Timor-Leste e teceu um rasgado elogio ao desempenho de Mota Amaral na presidência do Parlamento.

“Acrescentou mais um argumento aos que já existiam e que fazem de vossa excelência um dos construtores da democracia portuguesa e uma personalidade do Estado português”, afirmou o governante.

Pelourinho  
da República

“Mesmo que não me sentisse na obrigação, entendo que é meu dever não me recandidatar”

**Santana Lopes** (anunciando a demissão de líder do PSD)  
“Público”, 23 de Fevereiro

“O Paulo apanhou por tabela”

**Cinha Jardim** (sobre o resultado eleitoral do CDS)  
“24 Horas”, 22 de Fevereiro

“Durão Barroso governou mal! É preciso dizer isto! Durão Barroso mentiu aos portugueses!”

**Luís Delgado**

SIC-Notícias, 22 de Fevereiro

“[O regresso de Santana] é um erro político e um acto de insensatez que ele vai pagar. Dá a ideia de que ele não percebeu o eleitorado.”

**Mário Soares**

SIC Notícias/Jornal de Notícias”, 16 de Março

“Não regressa para servir Lisboa, regressa para se servir de Lisboa.”

**Miguel Sousa Tavares**

TVI, 15 de Março

“Seja qual for o vencedor [Marques Mendes ou Luís Filipe Menezes], vence por falta de comparência. Nenhum é o candidato que a grande massa do PSD gostaria de ter como líder.”

**Isaltino Morais**

“Expresso”, 19 de Março

“Falta de..., olhem, falta de tudo, de sentido de Estado, de boa educação, de respeito mínimo por todos. É o que significa esta história da Câmara de Lisboa”

**Pacheco Pereira** (sobre o regresso de Santana Lopes à CML)

abrupto.blogspot.com

“O Santana Lopes merece algum tautau, embora seja amigo dele”

**José Miguel Júdice**

“Sábado”, 4 de Março

“Estive num governo que tinha maioria, mas por intuição sempre tive noção que podia ser interrompido”

**Graça Carvalho**

“Diário Económico”, 1 de Março

“Mendes nunca governou”

**Luís Filipe Menezes**

“Expresso”, 26 de Fevereiro

## SUBSTITUIÇÕES NA BANCADA SOCIALISTA

Em virtude de alguns deputados terem sido chamados a desempenhar funções governativas, registou-se um conjunto de substituições na bancada.

Assim, na lista de Aveiro em substituição de Manuel Pinho entra o camarada João da Rocha Bernardo e em Braga Manuel António da Silva, Ricardo Gonçalves e Sónia Fertuzinhos substituem, respectivamente, Vieira da Silva, António Braga e Laurentino Dias. Já em Castelo Branco, os camaradas Vítor Pereira, Hortense Martins e Cidália Faustino entram para o

Parlamento em substituição de José Sócrates, Fernando Serrasqueiro e Valter Lemos. Em Leiria, Isabel Vigia entra para o lugar deixado vago por Alberto Costa e, em Lisboa, Irene Veloso e Marcos Sá substituem Ana Paula Vitorino e Humberto Rosa. Quanto ao Porto, há mais saídas e entradas. Com as saídas para o Governo de Augusto Santos Silva, Isabel Pires de Lima e José Magalhães, entram para a Assembleia os camaradas Maria de Lurdes Ruiivo, José Luís Carneiro e Agostinho Gonçalves. Já Glória Araújo

vai substituir o falecido camarada José Saraiva. Em Santarém, António Gameiro e Nuno Antão vão ocupar os lugares deixados vagos por Jorge Lação e Idália Moniz, e, em Setúbal, Ana Catarina Mendes e Joaquim Ventura Leite substituem Joel Hasse Ferreira, que foi para o Parlamento Europeu, e Eduardo Cabrita. Em Viana do Castelo, Maria de Fátima Pimenta substitui Luís Amado e, em Vila Real, Jorge Almeida e Joaquim Cerca vão ocupar os lugares de Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira.

# PRINCIPAIS COMPROMISSOS NO



## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

António Costa

- Reformar a Administração Pública
- Actualizar o recenseamento de pessoal da Administração Pública
- Reduzir, numa legislatura, 75 mil funcionários públicos, seguindo a regra de uma admissão por cada duas saídas por aposentação ou desvinculação
- Introduzir o regime de contratos nas novas admissões à Administração Pública, exceptuando funções de soberania
- Delimitar o conjunto de cargos públicos dirigentes de nomeação política
- Generalizar a gestão pública por objectivos, aperfeiçoando ainda o sistema de avaliação
- Combater a burocracia nomeadamente através da criação dos cartão e *guichet* únicos
- Instalar o Sistema de Comunicações de Emergência, Segurança e Protecção
- Articular a actuação dos bombeiros e da Protecção Civil
- Reduzir em pelo menos 50 por cento o número de acidentes com vítimas mortais
- Apresentação de uma nova lei do arrendamento
- Celebrar contratos locais com as autarquias
- Instalar meios de vigilância nas ruas
- Combater a corrupção, a criminalidade organizada e o terrorismo



## NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

FREITAS DO AMARAL

- Dar primazia ao "multilateralismo"
- Ratificar o Tratado Constitucional europeu
- Reactivar o diálogo euro-atlântico
- Concretizar a estratégia de Lisboa
- Consolidar o projecto europeu
- Assegurar condições de afirmação de Portugal na União Europeia
- Criar mecanismos para facilitar a internacionalização da economia portuguesa
- Relançar a política de cooperação
- Desempenhar um papel activo na manutenção da paz a nível internacional



## FINANÇAS

CAMPOS E CUNHA

- Sanear as finanças públicas
- Cumprir os limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento sem recurso a receitas extraordinárias
- Estabilizar o rácio da dívida pública (actualmente acima dos 65 por cento do PIB)
- Aprovar um programa plurianual de redução da despesa corrente em percentagem do PIB e a sua contratualização com os diferentes serviços da Administração Pública
- Implantar um novo modelo de selecção do investimento público
- Adotar um regime igual às melhores práticas europeias, nomeadamente em matéria de sigilo bancário para efeitos fiscais
- Definir e executar novos procedimentos orçamentais
- Simplificar o regime de incentivos fiscais em 180 dias
- Fazer uma avaliação de todo o sistema de benefícios fiscais de regimes fiscais especiais
- Aumentar a eficácia no combate à fraude e evasão fiscais



## PRESIDÊNCIA

PEDRO SILVA PEREIRA

- Reformar o sistema político
- Introduzir círculos uninominais na lei eleitoral para a Assembleia da República
- Alterar a Lei das Autarquias com vista a formar executivos municipais homogéneos e a limitar os mandatos
- Alargar o âmbito do referendo nacional e dos direitos de petição, de acção e iniciativa de populares
- Criar um Programa Nacional de Desporto para Todos
- Reforçar o combate à corrupção e violência no desporto
- Fomentar a actividade desportiva infanto-juvenil
- Apoiar o desporto de alto rendimento e as selecções nacionais
- Criar um programa de detecção, apoio e preparação de jovens talentos
- Apoiar candidaturas à organização de grandes eventos desportivos



## DEFESA

LUÍS AMADO

- Rever a Lei de Programação Militar
- Assegurar a sustentabilidade orçamental do sector
- Profissionalizar os ramos das Forças Armadas
- Modernizar os equipamentos e requalificação das infra-estruturas das Forças Armadas
- Reformar o modelo de organização, o sistema de saúde e de ensino superior das Forças Armadas Portuguesas
- Aplicar do regime de contagem do tempo de serviço militar dos antigos combatentes para efeitos de aposentação e reforma
- Aperfeiçoar a rede nacional de apoio ao *stress* pós-traumático de guerra
- Desenvolver a Política Externa de Segurança Comum no âmbito da UE
- Participar na Agência Europeia de Defesa
- Reforçar o compromisso com a NATO



## JUSTIÇA

ALBERTO COSTA

- Eliminar burocracia e actos inúteis
- Criar o cartão comum do cidadão
- Adotar o documento único automóvel
- Reforçar e desenvolver a rede dos julgados de paz
- Implementar programas especiais de redução de pendências em comarcas congestionadas
- Redefinir o regime de recursos para os tribunais superiores
- Reformular o critério do pagamento de custas judiciais
- Consagrar o princípio da carreira plana dos magistrados do Ministério Público e dos magistrados judiciais
- Reformar os Códigos Civil e de Processo Penal
- Promover a formação específica na área da gestão judicial
- Alterar as normas relativas às escutas telefónicas, segredo de justiça e recurso à prisão preventiva
- Desenvolver um portal da Internet para acesso a processos e serviços
- Aperfeiçoar o Sistema Integrado de Informação Criminal



## AMBIENTE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NUNES CORREIA

- Cumprir os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto

- Retomar o processo de co-incineração
- Avaliar o concurso público para construção de dois centros de tratamento de resíduos perigosos
- Rever o regime jurídico da REN e da RAN, mantendo a sua gestão nacional
- Reorganizar o Instituto de Conservação da Natureza
- Introduzir uma Estratégia para o Litoral
- Cumprir a Directiva da Água
- Colocar Portugal a consumir 39 por cento de energias renováveis até 2010
- Alterar o Regime Geral das Edificações Urbanas
- Desenvolver uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras em articulação com a política do mar
- Rever a legislação da Reserva Agrícola e Ecológica Nacional
- Relançar o programa Polis



## ECONOMIA E INOVAÇÃO

MANUEL PINHO

- Criar 200 novas empresas de base tecnológica
- Lançar uma bolsa de jovens gestores e de quadros na área da inovação para apoiar as pequenas e médias empresas (PME)
- Implementar o balcão único para os projectos de inovação
- Reduzir para um dia o prazo para constituição de empresas
- Simplificar os processos de licenciamento industrial
- Combinar as indústrias dos têxteis, confecções e calçado com o *design*
- Criar estratégias regionais para a inovação
- Integrar a promoção externa de Portugal
- Aplicar regras de *corporate governance*
- Repor benefícios fiscais ao Investimento e Desenvolvimento (I&D) das empresas
- Recuperar os 150 mil postos de trabalho perdidos ao longo dos últimos três anos



## AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PÊSCAS

JAIME SILVA

- Implementar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural
- Estabelecer um pacto de confiança entre produtores, consumidores e ambientalistas
- Redefinir um sistema de incentivos às empresas agrícolas e agro-alimentares
- Criar um "Banco de Terras" e um "Fundo de Mobilização de Terras"
- Executar o Programa de Novos Regadios e o Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal
- Dinamizar o empreendimento do Alqueva
- Criar um Regime de Qualidade Nacional
- Reforçar e dinamizar a investigação científica na área das pescas
- Alargar a plataforma continental para além das 200 milhas



## OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

MÁRIO LINO

- Desenvolver políticas urbanas mais integradas com os sistemas de transporte
- Diminuir os custos de transporte
- Concluir a rede de auto-estradas
- Definir o traçado do TGV e construir a ligação Lisboa-Porto
- Manter as Scut's sem portagens
- Retomar o projecto do aeroporto da Ota

# PROGRAMA DE GOVERNO

- Dar prioridade ao turismo, à ciência e à exportação
- Implementar a televisão digital terrestre



## TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL VIERA DA SILVA

- Rever a legislação laboral
- Relançar a concertação social para celebração de acordos sociais e promoção de emprego
- Desenvolver um estudo aprofundado da sustentabilidade financeira da Segurança Social
- Limitar os montantes das pensões mais altas
- Uniformizar progressivamente os regimes de protecção social
- Revogar as alterações às regras do subsídio de doença
- Criar uma prestação extraordinária para combater a pobreza na terceira idade
- Garantir que o salário mínimo nacional seja "factor de inumanidade à pobreza"
- Criar um sistema centralizado de contactos com desempregados
- Assegurar a todos os trabalhadores um mínimo de 20 horas de formação profissional
- Aumentar a eficiência das políticas públicas de formação
- Assegurar estágios profissionalizantes a pelo menos 25 mil jovens por ano
- Apoiar a criação de micro-empresas por jovens licenciados
- Aumentar em 50 por cento as vagas nas creches
- Criar um banco de dados sobre crianças em risco



## SAÚDE CORREIA DE CAMPOS

- Possibilitar a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias
- Alargar a prescrição de medicamentos pela substância activa
- Promover a comunicação electrónica entre os dois milhões de utentes e os respectivos médicos até 2006
- Reforçar a competência estratégica do Serviço Nacional de Saúde (SNS)
- Implementar uma rede nacional de saúde
- Reforçar a prevenção da toxicodependência com um novo Plano Nacional de Luta Contra a Droga
- Avaliar os hospitais SA e transformá-los em entidades públicas empresariais
- Criar Unidades de Saúde Familiar
- Rever as parcerias público-privadas
- Abertura dos centros de saúde à iniciativa cooperativa e privada
- Rever o sistema de comparticipação dos medicamentos
- Revogar a lei dos cuidados primários



## EDUCAÇÃO LURDES RODRIGUES

- Introduzir o ensino do Inglês no primeiro ciclo do básico
- Alargar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano
- Estabilizar o sistema de colocação dos professores
- Criar uma rede de recursos educativos, sociais e psicológicos
- Lançar um sistema de avaliação e certificação de manuais escolares
- Reduzir para metade o insucesso escolar no ensino básico e secundário
- Duplicar a frequência por jovens de cursos tecnológicos e profissionais
- Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências no ensino básico

- Universalizar o ensino básico de nove anos
- Estender a educação ou formação de nível secundário a todos os menores de 18 anos
- Lançar o programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias
- Aperfeiçoar o sistema de avaliação nacional das provas aferidas
- Introduzir o empreendedorismo como matéria obrigatória de ensino
- Alargar a oferta dos cursos tecnológicos, artísticos e profissionais
- Assegurar um ensino recorrente diversificado
- Redimensionar e reestruturar programas de educação de adultos



## CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR MARIANO GAGO

- Duplicar o investimento público em I&D, por forma a que atinja 1 por cento do PIB
- Repor um sistema de incentivos fiscais à I&D empresarial
- Duplicar os fundos de capital de risco para apoiar o lançamento de projectos inovadores
- Apoiar a participação dos produtos inovadores em feiras tecnológicas internacionais de referência
- Retomar e reforçar o programa Ciência Viva
- Dar continuidade ao processo de reforma dos laboratórios do Estado, interrompido nos últimos três anos, repondo a sua autonomia financeira
- Alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo por forma a aplicar a Declaração de Bolonha, que prevê a organização do Ensino Superior em ciclos
- Manter o valor das propinas do 1º ciclo a adequar as do 2º ciclo do Ensino Superior à sua natureza específica
- Rever a lei da autonomia das instituições, concedendo liberdade de organização
- Implementar um novo processo de criação de universidades e politécnicos
- Criar um sistema nacional de garantia de qualidade para o ensino superior que tenha reconhecimento internacional
- Generalizar a banda larga em Portugal e o uso da Internet



## CULTURA ISABEL PIRES DE LIMA

- Afectar 1 por cento do Orçamento de Estado à despesa cultural
- Concluir as redes de leitura pública
- Criar um programa de apoio à difusão cultural
- Criar um sistema de passes culturais
- Criar programas educativos
- Apoiar a rede de orquestras regionais
- Rever o estatuto jurídicos dos profissionais da cultura
- Definir um novo regime de protecção social para os trabalhadores do sector
- Regulamentar a Lei do Cinema e Audiovisual



## ASSUNTOS PARLAMENTARES (TUTELA A COMUNICAÇÃO SOCIAL) AUGUSTO SANTOS SILVA

- Estabelecer limites à concentração vertical, horizontal e multimédia das empresas
- Rever a legislação relativa ao exercício da actividade jornalística
- Criar um novo órgão regulador dos *media*, independente dos poderes político e económico
- Assegurar uma participação do serviço público de televisão na produção e difusão do cinema e do audiovisual portugueses
- Alterar a actual situação do canal 2 da RTP, integrando-o numa concessão única do serviço público de TV
- Rever a Lei do Rádio

## OS CINCO GRANDES EIXOS DA POLÍTICA GOVERNATIVA

**1** *Retomar o crescimento da economia de forma sustentada visando a modernização do país, fazendo do conhecimento, da inovação, da qualificação dos portugueses e da melhoria dos serviços do Estado os caminhos do progresso.*

**2** *Reforçar a coesão nacional, numa sociedade com menos pobreza e com mais igualdade de oportunidades, onde os instrumentos de coesão sejam também ferramentas para o crescimento e a modernização.*

**3** *Melhorar a qualidade de vida dos portugueses num quadro de desenvolvimento sustentável, onde a qualidade ambiental, a defesa dos consumidores e a melhoria dos indicadores de bem-estar sejam uma realidade e onde a coesão territorial seja também um factor de progresso do país.*

**4** *Elevar a qualidade da nossa democracia, reforçando a credibilidade do Estado e do sistema político e fazendo dos sistemas de justiça e de segurança instrumentos ao serviço de uma plena cidadania.*

**5** *Valorizar o posicionamento do país no quadro internacional, quer no plano prioritário da União Europeia, quer no plano global, relançando a cooperação externa, valorizando a cultura e a língua portuguesa no mundo e construindo uma política de defesa adequada à nossa inserção na comunidade internacional.*

JORGE COELHO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# "CHEGOU A HORA DE TRATARMOS"

*Lisboa e Porto são câmaras que o PS está determinado em voltar a ganhar nas autárquicas de Outubro. A decisão sobre os nomes a apresentar a estes dois municípios deverá conhecida "a muito curto prazo", uma vez que se está a "chegar a uma situação final de todas as conversas e de todas as análises", conforme revelou Jorge Coelho ao "Acção Socialista". Nesta entrevista o coordenador da Comissão Permanente e das Autárquicas não esconde a ambição de aumentar o número de votos e de câmaras e assim "melhorar significativamente os resultados em relação às últimas eleições", mas não põe de lado a possibilidade de alianças à esquerda. Reafirmando que Guterres é o melhor candidato do PS às presidenciais, Jorge Coelho elogia, por outro lado, a prestação de Sócrates na apresentação do Programa de Governo que é "rigorosamente igual aos compromissos apresentados campanha eleitoral", o que, em seu entender "credibiliza a política".*

**A cerca de seis meses das autárquicas qual o desenho estratégico para essas eleições de forma a que o PS saia de novo vencedor?**

O Partido Socialista tem um objectivo nestas eleições que é melhorar significativamente os resultados que teve em relação às últimas eleições, ganhá-las em termos de votos, como é óbvio, e aumentar o número de câmaras municipais a conquistar. Para nós é muito importante ganhar, nomeadamente, as câmaras de Lisboa e Porto. O PS concorrerá sozinho na generalidade das câmaras municipais do país, mas abre a possibilidade, em alguns locais, em que se mostre completamente necessário criar um projecto de mudança para retirar a direita do poder onde esta esteja coligada, abrindo, como disse, a possibilidade de fazer alianças de outra natureza nessas mesmas autarquias. Em síntese, o PS prossegue uma autonomia estratégica ao concorrer preferencialmente sozinho a cada um dos municípios, deixando contudo em aberto a possibilidade de, caso a caso, ver com cada estrutura se se justifica ou não a existência de alianças.

**Não se exclui, portanto, de todo a hipótese de alianças?**

Não.

**Preferencialmente à esquerda?**

Exclusivamente à esquerda que é o que

tem sentido, nomeadamente no actual momento político do país.

**Quais os perfis ideais dos nossos candidatos?**

Temos que ter candidatos com uma forte componente de inserção na sociedade em que vivem. Têm que ter um componente político também forte. Têm que ser os protagonistas daquilo que os cidadãos podem ver neles: alternativas sólidas de mudança nos sítios onde não somos poder, e nos sítios onde somos poder, manter os actuais candidatos quando a sua prestação foi positiva, ou nos casos em que se sintam que deve haver mudança fazê-la. Devemos ter candidatos politicamente fortes, com grande inserção na sociedade, com currículos inatacáveis do ponto de vista ético, da credibilidade e da seriedade.

**Nos últimos dias têm sido conhecidos um conjunto de nomes de candidatos socialistas, sem que se perceba uma estratégia global de apresentação das listas. Está prevista a realização de alguma convenção de forma a cimentar o projecto autárquico do PS?**

Nós tivemos eleições legislativas e tivemos de dar prioridade a essas eleições. Acabado esse período, eu fui nomeado coordenador da Comissão Permanente pelo secretário-geral do PS e responsável também pelo pelouro das autarquias e

constitui uma comissão executiva das eleições autárquicas composta por um conjunto de camaradas que vai ter uma primeira reunião nesta terça-feira. É aqui que vamos definir a orientação estratégica mais em concreto para as autarquias. Mas já falei com todos dos presidentes de federação do país. Tem havido alguns lançamentos de candidaturas completamente coordenados comigo, mas como é evidente vai haver por distrito convenções em que se vão apresentar os candidatos como um todo. Isto, independentemente de haver apresentações de candidaturas isoladas porque cada caso é um caso. Nas autarquias locais não pode haver uma estratégia nacional, uma convenção nacional para apresentação dos candidatos todos. Vamos agora definir a nossa metodologia, o nosso programa de trabalho, mas o que eu posso garantir é que neste momento o partido já está em grande actividade pelo país inteiro.

**Pode-se dizer que o calendário autárquico está a recuperar o atraso devido às legislativas antecipadas?**

Não houve um atraso. O que aconteceu foi uma consequência da dissolução da Assembleia da República e que levou a que nos virássemos todos para as eleições legislativas. E virámo-nos bem porque as ganhámos com maioria absoluta. Mas agora chegou a hora de tratarmos das autarquias locais. Essas eleições vão ser

*Pela primeira vez vi um primeiro-ministro na apresentação do Programa de Governo apresentar um documento que é rigorosamente igual aos compromissos apresentados na campanha eleitoral. E, portanto, isto credibiliza a política.*

em Outubro. Eu tenho um calendário. Até ao fim do mês que vem todos os candidatos têm que estar escolhidos e devidamente aprovados pelos órgãos do partido. Como é sabido há critérios diferentes, nomeadamente no que toca às capitais de distrito, cujos candidatos têm de ser coordenados comigo e com o secretário-geral. Nos casos de Lisboa e Porto será o próprio secretário-geral a ter a primeira e última palavra.

**Em que pé estão as coisas nestes dois concelhos?**

Estamos a chegar a uma situação final de todas as conversas e de todas as análises. Penso que a muito curto prazo o secretário-geral do partido irá ao Secretariado Nacional anunciar aquilo que decidir.

**No respeito dos Estatutos, as indicações dos candidatos cabem em**

**primeiro lugar às concelhias, depois às federações e por último a Comissão Política pode avocar o processo para ratificação nos casos mais problemáticos. Qual o papel que o coordenador das Autárquicas deve desempenhar para obviar a que os órgãos nacionais tenham de se pronunciar?**

Temos uma combinação feita com as estruturas todas no sentido de que todos os candidatos têm que ter o apoio das concelhias, da federação e meu, em representação do secretário-geral. Há esse compromisso entre nós e não vai haver problemas. Quanto às situações que porventura saiam deste compromisso e não se possam resolver, eu proporei à Comissão Política que as avoque.

**Temos também a situação de Matosinhos. Continua válida a deliberação da Comissão Política**



# MOS DAS AUTARQUIAS”



## Quais as medidas que deveriam ser tomadas no sentido de fazer com que as autarquias fiquem menos dependentes das receitas provenientes dos licenciamentos?

É fundamental haver um conjunto de medidas que façam com que isso seja uma realidade. Nomeadamente no que tem a ver com as mais-valias, com áreas que no âmbito autárquico possam ter a ver com novas receitas para os municípios. Verbas provenientes de áreas que até ao momento não têm sido receitas das câmaras municipais e que têm de passar a ser para, efectivamente, tornar o mundo autárquico muito mais independente daquilo que são as urbanizações e os projectos imobiliários. É fundamental que assim seja, mas nessa matéria acho que o Governo vai fazer dentro do *timing* que achar oportuno uma nova lei de finanças locais que abordará todas essas temáticas que já discutimos com grande profundidade no passado.

## Quanto ao limite dos mandatos dos autarcas qual é a posição dos socialistas?

A posição do PS é aquela que foi aprovada nos órgãos do partido. Eu penso que o Governo, no tempo oportuno, deve apresentar ao Parlamento uma lei de delimitação de mandatos que se aplique aos autarcas, aos presidentes dos governos regionais, enfim, a cargos executivos, em que pessoas tenham um tempo máximo de permanência nos lugares de três mandatos. Isto já foi aprovado pelo PS em seu tempo e eu acho que é uma lei que não há razões para que nas próximas eleições autárquicas não esteja já em vigor.

## Acumulando em articulação as duplas funções de coordenador da Permanente e das Autárquicas, este é o sinal de que o partido deste vez não ficará desvitalizado de todos seus quadros como aconteceu em

## que impede a candidatura dos dois principais protagonistas dos acontecimentos que marcaram indelevelmente a campanha das europeias?

Em relação a Matosinhos o partido tomou as decisões que tinha para tomar em devido tempo. Como não houve outra Comissão Política que as alterasse, elas continuam válidas. O Estado de Direito também funciona dentro do Partido Socialista. Agora, vai ser a Comissão Política a decidir quem é o nosso candidato a Matosinhos, tal como foi deliberado, porque o processo está avocada desde então por este órgão, ouvidas, como é evidente, a concelhia e a federação. O partido conhece-me bem e sabe que eu vou até aos limites daquilo que é necessário para o entendimento e para a concertação. Não me tenho dado mal com essa forma de estar na vida e na política.

## Em relação à nova Lei das Autarquias, o processo estará concluído de forma a entrar em vigor já para o próximo mandato?

Neste momento não tenho a certeza. O que sei é que estão a ser preparadas e trabalhadas novas leis. Agora não posso afirmar se o novo quadro legal estará pronto para vigorar já nas próximas eleições. É uma decisão que ainda não está tomada nem dentro do partido nem, penso, a nível do Governo.

## anteriores governos socialistas?

Eu sei aquilo que me proponho fazer e o mandato que o secretário-geral me atribuiu. Como disse e repito, o partido conhece-me bem e sabe que irei estar empenhado e determinado em fazer com que o Partido Socialista tenha uma actividade política permanente e que seja um instrumento muito importante ao serviço dos cidadãos para que possa mobilizar os portugueses para que o projecto que nós pretendemos que o Governo corporize seja sustentado permanentemente por uma sociedade activa e mobilizada pelo Partido Socialista. Esse é o nosso papel e é isso que eu me proponho fazer como coordenador da comissão permanente em articulação permanente, como é evidente, com o secretário-geral do partido porque o camarada José Sócrates é que é o líder do partido.

## Manter o PS activo, é esse, portanto, o seu objectivo?

Manter o PS activo, combativo, determinado e a fazer com que o projecto que nos levou a ganhar as últimas eleições seja totalmente cumprido.

## Por que há uma oposição, nomeadamente à esquerda, que não se pode descurar?

Não podemos deixar de olhar nem à esquerda nem à direita. O Partido Socialista tem a sua orientação, a sua agenda política e é essa que vai prosseguir. E é para isso que nós cá estamos para trabalhar e para lutar por ela.

## Qual a sua avaliação do discurso do primeiro-ministro no Parlamento na apresentação do Programa de Governo?

Acho que foi um discurso excelente em que, de uma vez por todas, todos aqueles que têm insistido em dizer que o seu discurso era opaco, vago e que não tinha coisas concretas, assumiu hoje aqui [na

Assembleia da República] um conjunto vastíssimo de coisas concretas, de compromissos com datas e objectivos bem definidos. Pela primeira vez vi um primeiro-ministro na apresentação do Programa de Governo apresentar um documento que é rigorosamente igual aos compromissos apresentados na campanha eleitoral. E, portanto, isto credibiliza a política. Recordo que ainda no passado não muito distante assistimos a governos que fizeram exactamente o contrário daquilo que tinham prometido. O Partido Socialista, hoje pela voz do eng. José Sócrates, apresentou aqui o mesmo programa mas já detalhando medidas concretas para cada uma das coisas, definindo prioridades, prazos e datas. Tivemos um excelente discurso e prezo que vai haver um grande Governo para bem do país e para bem dos portugueses.

## Quais as ideias que em seu entender devem ser sublinhadas do Programa de Governo aprovado na Assembleia da República?

A primeira ideia é o cumprimento das promessas eleitorais. Depois, de uma forma muito clara, uma aposta muito determinada no crescimento económico, mas também uma preocupação enorme nas políticas sociais. Acho que um governo do Partido Socialista tem que ter estas duas vertentes que são fundamentais.

## No quadro de uma maioria absoluta no Parlamento qual deve ser o papel da bancada socialista?

Um papel muito importante. Deve ter a capacidade de ouvir sempre as oposições. Deve ter a capacidade de discutir com as oposições. De não ter qualquer tabu em seguir sugestões das oposições, mas deve ter a consciência que o povo português lhe atribuiu por maioria absoluta o mandato que faz com que tenha autonomia estratégica, uma agenda política própria e não se deixar enredar

em políticas menores mesmo que às vezes sejam de grande impacto mediático. O Partido Socialista tem que se habituar a ter a sua agenda própria, autonomia estratégica, seguir o seu caminho, mas ouvindo, discutindo e seguindo até, quando for caso disso por serem propostas melhores, ideias da oposição. Não vejo por que não.

## Para quando uma decisão sobre as presidenciais?

Agora estamos a tratar das autárquicas, mas é evidente que está a chegar o tempo. Não de tomar uma decisão sobre isso, mas o tempo dos candidatos que o PS pode eventualmente apoiar dizerem o que lhes vai na alma.

## Sendo que António Guterres continua a dizer que não é candidato a candidato.

Acho que o Partido Socialista tem no seu seio e na sua área política excelentes potenciais candidatos. Toda a gente sabe que eu considero que o melhor candidato do PS a Presidente da República é o eng. António Guterres. Mas isso depende dele. São candidaturas não do Partido Socialista mas de pessoas que manifestam a sua disponibilidade. Ele ainda não o fez.guardo que o faça.

## E se não o fizer?

Acho que é a pessoa que reúne melhores condições para ser candidato vencedor apoiado pelo PS nas próximas presidenciais. Não tenho qualquer dúvida em dizê-lo.

## Mas se Guterres não avançar mesmo, quais os nomes alternativos?

Eu não tenho candidato nenhum. Estou a dizer a minha opinião que é, aliás, idêntica à do secretário-geral que também desde a sua candidatura à liderança do partido sempre defendeu o nome de António Guterres. Temos mais essa opinião em comum.



*O Partido Socialista tem que se habituar a ter a sua agenda própria, autonomia estratégica, seguir o seu caminho, mas ouvindo, discutindo e seguindo até, quando for caso disso por serem propostas melhores, ideias da oposição.*

## REGRESSO AO FUTURO

*O alívio que constitui ver o PS no Governo, com maioria absoluta e com um projecto aprovado para governar o país, não é em si o bastante para devolver as esperanças aos portugueses. Mas ajuda.*

No momento em que escrevo este artigo está a ser aprovado o programa do Governo. O país, depois do tumulto político dos últimos três anos, parece lentamente despertar para uma vida em normalidade política. Os Governos de Durão Barroso e de Santana Lopes parecem agora aqueles filmes maus a que assistimos com sacrifício, mas que, uma vez acabados, despertam em nós uma vontade renovada de vermos rapidamente um filme bom que debele o travo amargo que nos ficou do filme anterior.

O alívio que constitui ver o PS no Governo, com maioria absoluta e com um projecto aprovado para governar o país, não é em si o bastante para devolver as esperanças aos portugueses. Mas ajuda. Sabemos que o Governo tem pela frente uma tarefa hercúlea. Não sendo possível, pelos constrangimentos impostos pela conjuntura externa, pelas debilidades estruturais internas e por uma crise profunda do nosso modelo social - que impossibilitará no curto prazo que se resolvam os problemas da sustentabilidade do sistema de protecção social e do redimensionamento da Administração Pública - será impossível ao Governo, e é preciso que isso seja entendido por todos, responder cabalmente às elevadas expectativas dos portugueses, cansados da falta de esperança, dos bloqueios ao aumento da qualidade de vida, dos mesmos problemas de sempre por resolver, na justiça, na saúde, na Administração, no ensino. Ou seja, é preciso perceber e fazer perceber que o Governo do PS não vai poder, porque não tem instrumentos para isso, pôr as pessoas a viver substancialmente melhor nos próximos anos.

A janela de oportunidade deste Governo é, assim, reconhecidamente estreita: pensar o longo prazo não defraudando totalmente as expectativas de curto prazo e, sobretudo, mobilizar os portugueses para um projecto de mudança definitiva, que tem custos, que demora tempo e que para uma parte da população portuguesa só vai beneficiar os seus descendentes. Não vai ser fácil.

Julgo que para isso são essenciais duas apostas. Objectivos de longo prazo que sejam compreendidos pelos portugueses e que puxem pelo brio colectivo. As pessoas têm que sentir que está em marcha um processo de modernização das estruturas socioeconómicas portuguesas, que desafia a capacidade de resposta de todos enquanto comunidade coesa e identitária. O choque tecnológico e da qualificação e a reforma da Administração, por exemplo, têm que corresponder à ambição colectivas, têm que ser bem definidos, com objectivos claros e metas quantificáveis. A este propósito, a medida da elevação da escolaridade obrigatória para o 12.º ano parece-me precipitada, porque ainda não se garantiu que a escolaridade até ao 9.º funcione efectivamente - a taxa de abandono escolar antes disso é substancial - e que o ensino verdadeiramente qualifique quem não provém de raiz de meios abertos à qualificação.

Por outro lado, mobilizar e ganhar a confiança dos portugueses com uma soma de medidas que estão no domínio positivo do Governo português, relativamente às quais não há razão séria para não serem tomadas por um governo com bom senso e capacidade de decisão, e que os portugueses recebem bem porque resolvem no curto prazo pequenos problemas que, somados, têm um potencial devastador na confiança para com o Estado, a Administração e a classe política em geral. Medidas verdadeiramente saneadoras de constrangimentos desnecessários que, como refere o Pedro Adão e Silva, em artigo na *Capital* desta semana, têm a vantagem de ser grátis: a venda livre de medicamentos não sujeitos a receita médica e a redução das férias judiciais para um mês, hoje anunciada, são bons exemplos deste tipo de medidas.

Há muita esperança responsabilizadora em torno do Governo de José Sócrates. Julgo que ele sentirá isso melhor que ninguém. É, assim, preciso governar com ambição, com projecto e, sempre, sempre, falar verdade aos portugueses.



MARK KIRKBY

OPINIÃO

## VII CONGRESSO DOS JOVENS SOCIALISTAS EUROPEUS

# SÓCRATES APELA AO "SIM" À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Discursando na abertura do VII Congresso dos jovens socialistas europeus, o secretário-geral do PS, José Sócrates, apelou ao "sim" à Constituição Europeia, salientando que a ratificação do documento é fundamental para a união e fortalecimento da Europa.

"Para afirmar os valores da Europa, a economia europeia e o modelo social europeu precisamos de uma Europa unida e forte. E ter uma Europa unida e forte significa votar e lutar pelo 'sim' à Constituição Europeia", sustentou.

Perante jovens socialistas dos vários países da União Europeia (UE), reunidos na Quinta da Marinha, em Cascais, Sócrates acrescentou que, apesar das críticas que possam ser feitas ao Tratado da Constituição Europeia, "porque queriam que este fosse mais além ou acham que já foi longe de mais", o documento "é um passo na direcção certa".

E alertou que "haverá um grande prejuízo para a Europa, para os povos e para os países europeus se a Constituição Europeia não for para a frente".

O líder socialista referiu ainda que a



ratificação do Tratado de Constituição Europeia é essencial para que a UE se aprofunde, de forma a contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos da América e contribuir para um mundo mais equilibrado, com "uma visão multilateral".

José Sócrates elogiou o processo de construção europeia nos últimos anos, rejeitando a ideia de que "a Europa está parada, está gorda, sem energia e que da Europa já não vem nada de novo".

O projecto da UE é "o mais importante dos tempos modernos", afirmou, lembrando que "em cinco anos, a Europa foi capaz de

construir uma moeda única", um objectivo que os Estados Unidos e o mundo inteiro consideravam uma utopia.

Na sua intervenção, Sócrates aproveitou também para defender a Estratégia de Lisboa, que quer aplicar na sua governação em Portugal, e reafirmou a sua aposta prioritária na educação, no conhecimento e na inovação tecnológica. O líder socialista salientou que, além de uma estratégia para o desenvolvimento económico, o conhecimento "é também uma força propulsora do saber, da inteligência, da cultura" e de "uma cidadania esclarecida".

Antes de José Sócrates, o líder da JS, Pedro Nuno Santos, afirmou-se igualmente "muito empenhado na ratificação da Constituição Europeia", enaltecendo a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais e do objectivo do pleno emprego no Tratado.

O VII Congresso dos jovens socialistas da União Europeia (ECOSY), o primeiro a ser realizado em Portugal, encerrou domingo com uma intervenção do presidente da Internacional Socialista, António Guterres.

## GUTERRES ELOGIA GOVERNO E GARANTE-LHE SOLIDARIEDADE

António Guterres elogiou os primeiros dias de acção governativa do Executivo socialista e prometeu-lhe solidariedade "nos bons e nos maus momentos", alertando que o PS tem pela frente uma tarefa "muito difícil". "Sei que a tarefa que está pela frente é muito difícil, mas tenho muita confiança em José Sócrates", declarou.

Na qualidade de presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres encerrou no passado dia 18 de Março o VII Congresso dos Jovens Socialistas Europeus, que decorreu na Quinta da Marinha (Cascais), ocasião em que voltou a defender a constituição de uma nova ordem mundial e desafiou os governos socialistas e soci-

ais-democratas europeus a aproveitarem o actual momento.

"Durante os anos 80 e 90, perdemos a batalha intelectual da economia, foi o triunfo claro do neo-liberalismo, do chamado pensamento único", frisou o ex-primeiro-ministro, apontando o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) como um exemplo dessa "ortodoxia".

Para Guterres, o actual momento é de "mudança intelectual", mas esta, lamentou, "ainda não se traduziu na forma como agem as instituições", apontando de seguida o facto de se estar a assistir actualmente "a um debate ideológico mais vivo do que nunca".

"É o debate entre o unilateralismo dos neo-liberais e a nossa visão de uma nova ordem mundial, assente no multilateralismo capaz de garantir a paz e a democracia global", afirmou perante a cerca de meia centena de jovens.

O líder da IS apontou como exemplos de políticas a concretizar com vista a esta nova ordem a anulação das dívidas dos países mais pobres, a criação de um programa de emergência de apoio à África e a reforma de instituições como as Nações Unidas. António Guterres advogou ainda uma maior atenção à segurança humana, elegendo as alterações climáticas como a "principal ameaça actual sobre a humanidade".

## AÇORES

# CARLOS CÉSAR SAUDA "CONSIDERAÇÃO" DE SÓCRATES PELAS AUTONOMIAS

O presidente do Governo açoriano saudou a decisão anunciada pelo primeiro-ministro de assumir o *dossier* das relações com as regiões autónomas, sublinhando que tal atitude demonstra, da parte de José Sócrates, uma "consideração muito evidente pelas autonomias como determinantes da organização do Estado".

Segundo Carlos César, a disponibilidade manifestada por Sócrates para tratar de perto as questões da autonomia constitui uma "ruptura com a metodologia avulsa desresponsabilizadora e menorizadora do tratamento dos assuntos das regiões

que acontecia com o Executivo da coligação PSD/CDS-PP".

Recorde-se que, até agora, as relações institucionais do Governo da República com os Açores e a Madeira estavam sob a alçada do ministro de Estado e da Presidência, Nuno Morais Sarmento. Assim, para o presidente do Governo Regional, a decisão de José Sócrates representa ainda um "sinal claro de fiscalização dos compromissos do programa eleitoral (do PS), do qual o primeiro-ministro é o principal zelador". Entretanto, na sequência da eleição do deputado socialista Jaime Gama para a

presidência da Assembleia da República, César considerou que essa escolha garante um "conhecimento privilegiado dos assuntos" do arquipélago por parte do Parlamento.

A origem açoriana de Gama constitui uma "garantia de que, no novo Parlamento, as questões insulares terão um tratamento especial", salientou o chefe do Executivo regional, numa nota oficial.

Carlos César venceu igualmente que a eleição do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de António Guterres contribui também para "uma maior visibilidade dos Açores no exterior".

# MINISTROS DAS FINANÇAS DA UNIÃO APROVAM FLEXIBILIZAÇÃO DO PEC

“Estão finalmente criadas as condições para que o Pacto não seja apenas de estabilidade, mas também amigo do crescimento”, afirmou este fim-de-semana o ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, depois da reunião do Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia, que decorreu em Bruxelas nos dias 19 e 20.

A decisão do ECOFIN consagra assim aquilo que o Partido Socialista vinha a defender já há muito, designadamente uma leitura mais flexível do PEC, que não incluisse na contabilidade pública as despesas ligadas à Estratégia de Lisboa, para que o défice não aumentasse em detrimento dos esforços de crescimento associado ao emprego e à qualificação das pessoas.

Conforme declarou Campos e Cunha, os ministros das Finanças chegaram a um entendimento em vastas matérias, que permitirá aos governos nacionais, quando se encontrem numa situação orçamental difícil, “levar em consideração a Estratégia de Lisboa, o investimento em desenvolvimento e em capital humano”. Os ministros das Finanças da União Europeia chegaram a acordo para que deixassem de estar incluídas no apuramento do défice as despesas ligadas a reformas estruturais, sobretudo em sectores como a saúde e a educação, investimentos destinadas à investigação



em ciência e tecnologia ou outras que sejam geradoras de postos de trabalho. Iguamente motivo de regozijo foi o facto de o limite de 3 por cento do PIB no défice público deixar de ser alvo de sanções automáticas com ameaça de multas ou de perdas nos fundos comunitários. Agora, em caso de ultrapassagem do défice, serão levados em consideração as circunstâncias, o ambiente económico e os esforços que os países infractores fizeram para corrigir as contas públicas dentro dos limites estabelecidos pelos critérios de Maastricht.

Além de Portugal, também a Alemanha e a França estavam a favor da flexibilização do PEC, cuja excessiva rigidez em períodos de crise, como a que se vive actualmente, não favorece o investimento para o relançamento da economia nem a consequente criação de empregos.

Contra a flexibilização do PEC estão a Áustria e a Holanda e também o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, que afirma que “as sanções são essenciais para garantir a disciplina fiscal, a estabilidade e a coesão da zona euro”.

## MANUEL DOS SANTOS VICE-PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU

O eurodeputado Manuel dos Santos foi eleito pela delegação socialista portuguesa, em votação interna, para ser o novo vice-presidente português no Parlamento Europeu, ocupando assim o lugar deixado em aberto pela saída para o Governo de António Costa, agora ministro de Estado e da Administração Interna.

Com a saída de António Costa para o Governo, o único eurodeputado a deixar Estrasburgo, houve alterações na estrutura interna da delegação socialista portuguesa no parlamento Europeu, de que se destaca a eleição de Edite Estrela para a chefia. Outra consequência, foi a entrada de Joel Hasse Ferreira, que estava em 14º lugar na lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

Manuel dos Santos será o único português a desempenhar as funções de vice-presidente e deverá ter a seu cargo os pelouros da organização do período de perguntas parlamentares à Comissão Europeia e ao Conselho da União e as relações parlamentares multilaterais com a União Interparlamentar, o Conselho da Europa e outras instituições. Manuel dos Santos é membro efectivo da comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, e suplente nas da Indústria, Investigação e Energia e Controlo Orçamental.



## PORTUGAL QUER APOIO DA UNIÃO PARA ATENUAR PREJUÍZOS DA SECA

Logo que esteja concluído o levantamento que o novo Governo do PS está a efectuar sobre a situação de seca em Portugal, a União Europeia “deve dar um apoio claro às medidas que forem consideradas adequadas”, defendeu o eurodeputado Capoulas Santos na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu em Estrasburgo na semana passada.

Com esta posição, Capoulas Santos reforçou assim a posição defendida pelo ministro da Agricultura na última reunião do Conselho do Conselho Agrícola, procurando o apoio activo do Parlamento Europeu para uma situação que está a deixar desesperados agricultores e populações de norte a sul do país.

Os deputados das diferentes bancadas e nacionalidades manifestaram solidariedade para com o eurodeputado português, tendo inclusivamente o presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Joseph Daul, mostrado disponibilidade para agendar para breve



um debate específico sobre esta questão. Refira-se que, no início deste mês, vários representantes da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo foram recebidos pelos deputados Capoulas Santos, Paulo Casaca e Jamila Madeira, com quem

participaram num conjunto de reuniões destinadas a alertar a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu para os graves problemas colocados pela situação de seca que se vive em Portugal, cujos prejuízos se estimam neste momento em mais de 100 milhões de euros.

## JOSÉ LELLO SECRETÁRIO NACIONAL PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O deputado José Lello é o novo secretário nacional para as Relações Internacionais, lugar até aqui ocupado por Luís Amado, actualmente ministro da Defesa.

A escolha de José Lello, que também fica responsável pela Administração do PS, ocorreu na reunião do Secretariado Nacional em que foi eleito o coordenador da Comissão Permanente (Jorge Coelho) e se procedeu à redistribuição dos pelouros na estrutura interna do PS.

No âmbito das Relações Internacionais estará também integrado o Departamento de Comunidades Portuguesas.

De referir que, no desempenho das suas novas funções, José Lello representou o PS no passado fim-de-semana no 25º aniversário do Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula da Silva, evento que decorreu no Recife, Brasil.



## SANTARÉM

### UNIDADE RIBATEJANA PASSA PELA REGIONALIZAÇÃO

O presidente da Câmara Municipal de Santarém defendeu a regionalização como "receita" para manter a unidade do Ribatejo e tornar a região competitiva e não mera periferia da Área Metropolitana de Lisboa.

Falando na abertura da nona sessão do III Congresso do Ribatejo, que decorreu, no dia 12 de Março, no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, o edil do PS Rui Barreiro introduziu o tema em discussão "Desenvolvimento económico, urbanismo e equipamentos de apoio ao desenvolvimento e cultura, ambiente e qualidade de vida", considerando que a educação e cultura, a participação e cidadania, a regionalização e o ambiente, planeamento e ordenamento do território são caminhos para "recolocar Santarém na trajectória do crescimento".

No seu entender, o Ribatejo poderá aproveitar as sinergias das actuais comunidades urbanas da Lezíria e do Médio Tejo e funcionar como uma "unidade de planeamento relevante" no seu relacionamento com a Área Metropolitana de Lisboa, sendo a regionalização fundamental para manter a sua homogeneização.



## GOVERNO DOS AÇORES CRIA FUNDO DE COESÃO PARA ILHAS MAIS PEQUENAS

Com o objectivo de dinamizar a economia das cinco ilhas mais pequenas do arquipélago, o Governo Regional dos Açores criou um fundo de coesão. Aprovado em Conselho do Governo, presidido por Carlos César, o projecto do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico prevê formas de "discriminação positiva" para as ilhas de ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo.

O novo instrumento, que tinha sido um dos compromissos eleitorais do PS/Açores na campanha para as regionais de Outubro, aponta para a criação nas referidas ilhas de medidas específicas em matéria de incentivos e de parcerias público-privadas em vários sectores.

Segundo o secretário regional da Presidência, o fundo vai apoiar a aplicação de contratos-programa de promoção turística em mercados externos, envolvendo parceiros públicos e privados, e a cooperação com outras entidades na recuperação de infra-estruturas importantes para o desenvolvimento e coesão económica da região.

Vasco Cordeiro adiantou ainda que o Executivo socialista procedeu a uma reforma de diversos sistemas de incentivos para assegurar um tratamento mais favorável das ilhas que vão passar a beneficiar do Fundo Regional de Coesão.



## AMADORA

### JOAQUIM RAPOSO REIVINDICA MEDIDAS DE SEGURANÇA EXCEPCIONAIS

A Amadora é um concelho de excepção que precisa, urgentemente, de medidas especiais para garantir a segurança das populações locais. Esta a ideia defendida pelo presidente da autarquia, Joaquim Raposo, para quem é "urgente" implementar um sistema de videovigilância nas zonas de alto risco e aumentar o patrulhamento não só nos bairros degradados, mas também nas estações de comboio.

Nas declarações públicas que proferiu na sequência dos trágicos acontecimentos que este fim de semana vitimaram dois agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) na Serra da Mina, Raposo afirmou que, "infelizmente, esta tragédia vem reforçar o que tenho dito nos últimos anos, que a Amadora é um concelho de excepção que precisa de medidas urgentes".

Lamentando que os sucessivos governos não tenham dado a devida atenção à situação que se vive no concelho, o edil salientou nomeadamente a existência de um grande número de bairros degradados e uma elevada taxa de abandono escolar.

Todavia, Joaquim Raposo manifestou a sua convicção de que "o actual ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, vai discutir com frontalidade um conjunto de propostas para a Amadora e destacou a necessidade



de repor a autoridade das forças policiais", considerando que actualmente a PSP já não consegue intimidar os criminosos.

Entre as medidas que o autarca socialista considera fundamentais para fazer face à criminalidade no concelho encontra-se a necessidade de reforçar a PSP com mais equipamento e mais meios humanos. Em relação à Cova da Moura, onde a 17 de Fevereiro foi morto outro agente policial, Joaquim Raposo defende um plano especial para o bairro, adiantando que a autarquia local já tem uma proposta.

O presidente da Câmara da Amadora recordou que o concelho tinha em curso um Programa Especial de Realojamento (PER), que acabou por ser interrompido há três anos por falta de verba e numa altura em que estava executado cerca de 60 por cento do programa.

O abandono escolar é outra das preocupações de Joaquim Raposo, pois ao deixarem a escola as crianças têm maior probabilidade de começar a ingressar na pequena criminalidade, pelo que o autarca preconiza a criação de uma escola "atractiva e diferente" que consiga cativar os jovens entre os 12 e os 15 anos.

## PS/OEIRAS

### PDM NÃO ESTÁ A SER CUMPRIDO

Os socialistas de Oeiras solicitaram uma auditoria externa ao empreendimento "Edifícios do Parque", cujo projecto tem sido contestado por moradores por alegadamente violar o Plano Director Municipal (PDM), para reapreciar o processo e esclarecer dúvidas jurídicas. "Entregámos um requerimento na última Assembleia Municipal pedindo à câmara que fizesse uma auditoria externa a esta situação", disse o vereador do PS com o pelouro da gestão patrimonial e imobiliária,



Emanuel Martins.

O autarca defendeu que o processo não deve ser reavaliado pelos juristas e pela equipa técnica da câmara para "não ter vício de forma", ou seja, para não ser reapreciado pelas mesmas pessoas. "Existem dúvidas sobre a interpretação jurídica e técnica que determinou a emissão das licenças, porque havia um primeiro alvará – que caducou – e foi depois pedido um outro, com os mesmos índices construtivos", criticou Emanuel Martins.

## ÉVORA

### JOSÉ ERNESTO DEFENDE CRIAÇÃO DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Um novo hospital em Évora com valência de ensino universitário na área da saúde, incluindo uma faculdade de medicina, é a proposta que o Executivo camarário chefiado pelo socialista José Ernesto vai apresentar ao Governo de José Sócrates.

O presidente da autarquia eborense justificou a construção desta nova unidade hospitalar com as dificuldades de expansão e a perturbação urbanística

causada pelas actuais valências de saúde. Recorde-se que os hospitais distritais existentes e do Patrocínio estão separados por uma via rodoviária e têm serviços dispersos por cinco edifícios distintos.

"O novo hospital tem de corresponder também à aspiração legítima da Câmara e da Universidade de Évora de criação de uma faculdade de medicina", frisou José Ernesto.





## FARO

## JOSÉ APOLINÁRIO DISPUTA A CAPITAL ALGARVIA

A candidatura autárquica de José Apolinário foi aprovada, no passado dia 18, por 92 por cento dos votantes na reunião da Comissão Política Concelhia do PS. Assim, o deputado algarvio é o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Faro nas eleições autárquicas de Outubro próximo.

Em declarações à Imprensa, Apolinário afirmou estar "profundamente motivado" para este projecto, salientando que constitui simultaneamente "uma honra e um desafio".

Adiantando que as linhas de força da sua



candidatura só deverão ser apresentadas em Maio, o socialista garantiu, porém, que um dos grandes objectivos traçados é que Faro "tenha um estatuto regional, nacional e europeu condicente à sua condição de capital do Algarve".

José Apolinário, 42 anos, é licenciado em Direito e é actualmente deputado pelo PS à Assembleia da República, tendo já exercido as funções de secretário de Estado das Pescas nos governos de António Guterres. Foi ainda deputado ao Parlamento Europeu, presidente do PS/Algarve e secretário-geral da Juventude Socialista.

## LAGOA

## PS LANÇA JOÃO AURÉLIO MARCOS PARA A PRESIDÊNCIA CAMARÁRIA

João Aurélio Marcos é o candidato independente do PS à presidência da Câmara Municipal de Lagoa nas eleições autárquicas deste ano, anunciou, no passado dia 11 de Março, a Concelhia socialista.

Em declarações à Imprensa, o candidato explicou que o desafio de concorrer à Câmara de Lagoa "é um imperativo cívico" por acreditar "ser possível mudar e construir de forma segura o futuro do concelho".

O motivo que leva João Aurélio Marcos, 49 anos, advogado, a candidatar-se é a vontade de fazer "a mudança necessária para garantir o progresso" que reivindica



para si e para toda a população.

Ao explicar que a campanha do PS/Lagoa será orientada por objectivos

"claros e previamente definidos", o candidato sublinhou a importância de "repensar o ordenamento e o ambiente urbano, intervir nas áreas da economia e do turismo como factores de atractividade e de fixação de populações mais jovens no concelho e apostar na qualidade de vida".

João Aurélio Marcos defende igualmente uma maior intervenção e reforço nas áreas do ensino e da acção social, integração das populações mais desfavorecidas e dos emigrantes na vida do concelho e a participação cívica para uma maior identificação da cultura, património e identidade de Lagoa.

## OURÉM

## APRESENTADA PUBLICAMENTE CANDIDATURA DE JOSÉ ALHO

"Sou candidato por um imperativo de cidadania", afirmou, no passado dia 19, José Alho, considerando que a sua candidatura se deve à sua "profunda discordância" em relação ao "modelo de desenvolvimento do concelho que tem vindo a ser implementado" pelo executivo laranja.

"Quando se fala em Ourém é sempre pelas piores razões", afirmou o presidente demissionário da LPN, mostrando-se optimista em conseguir conquistar este

concelho para o PS.

O objectivo, garantiu, "é ganhar, conseguindo mais votos e mais mandatos que o PSD". Como proposta, além de uma política de "desenvolvimento sustentado", José Alho defende a "integração do potencial que são os emigrantes e os ex-emigrantes" do concelho, aproveitando a sua experiência para promover projectos locais.

Entre os seus compromissos de campanha, José Alho incluiu ainda,



durante a apresentação pública da sua candidatura, a "dignificar a imagem do concelho no contexto regional e nacional, afirmando-o pela positiva".

## VINHAIS

## AMÉRICO PEREIRA LIDERA LISTA DO PS

O Partido Socialista apresentou no passado dia 19 de Março a primeira candidatura às eleições autárquicas no distrito de Bragança, com Américo Pereira a encabeçar a lista para o Executivo camarário de Vinhais.

O candidato escolhido pelo PS é vereador daquela autarquia há 16 anos e

fez parte da equipa liderada pelo actual autarca José Carlos Taveira, que conseguiu conquistar o município considerado um bastião laranja há quase três mandatos.

Américo Pereira, 41 anos, advogado de profissão, foi já também deputado pelo PS na Assembleia da República e

pretende conquistar a presidência da autarquia apostando no apoio às juntas de freguesia, na melhoria das acessibilidades deste concelho com 103 aldeias com cada vez menos pessoas e no Fumeiro regional certificado que se tornou na imagem de marca de Vinhais.

## OPINIÃO

## AUTÁRQUICAS DO OUTONO. NOVO SISTEMA

*Na realidade o sistema actualmente em vigor, com vereadores da oposição dentro da Câmara, amolece e entorpece essa mesma oposição e mata a dinâmica de pensar e construir alternativas políticas. É no Parlamento Local que as oposições devem estar e devem actuar.*



LUÍS PITA AMEIXA

No plano autárquico, o ano de 1989 foi muito marcante. Não apenas pela vitória que o Partido Socialista obteve nas eleições locais, realizadas em pleno cavaquismo, mas porque marca uma fase nova de importantes estudos e produção teórica, bem como de correspondentes trabalhos pré-legislativos que municiaram o PS com um acervo programático global e coerente no domínio do Poder Local como nunca teve, nem antes nem depois dessa época. Esse labor produtivo teve a sua sede fundamental na Fundação Antero de Quental e é também a esses tempos que se reporta a melhor fase de

organização e funcionamento da Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista.

Foi daí que nasceu a uma nova visão política e formulação normativa do sistema de governo municipal.

Na verdade o sistema actual, datado de 1976, nasceu eivado das dúvidas próprias do início do processo democrático e, portanto, fundou-se na necessidade de garantir a participação política e implantar a democracia e o pluralismo partidário, compreensível à luz de uma necessária aprendizagem para um povo que acabava de sair de uma ditadura de praticamente meio século.

De igual modo partiu-se de uma realidade em que as atribuições e competências e os recursos financeiros e humanos, a cargo do poder autárquico, eram muito escassos comparados com os dias de hoje. Tal como as exigências de eficiência e de eficácia de gestão e o afogo reclamado pelos municípios e pela sociedade mediática, em nada se assemelham com os de agora.

Ora, o sistema de dupla assembleia, em vigor, baseado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, tem de ser alterado em ordem a dotar os Municípios de um Executivo eficaz e homogéneo.

A legitimação democrática do Executivo deve proceder da eleição do seu presidente pelo voto universal e directo, como primeiro elemento de uma lista de candidatura autárquica, e da eleição indirecta ou de segundo grau dos vereadores na Assembleia Municipal, sob proposta do presidente.

Os vereadores, cujo número pode ser diminuído, devem poder ser substituídos em qualquer momento e devem poder ser recrutados dentro ou fora da Assembleia Municipal, em vista de se poderem privilegiar as escolhas por adequação de competência, principalmente nos municípios mais pequenos onde, por vezes, a Assembleia Municipal não fornece a necessária diversidade de recursos humanos.

O novo sistema é também melhor para as oposições e para a construção de alternativas políticas.

Na realidade o sistema actualmente em vigor, com vereadores da oposição dentro da Câmara, amolece e entorpece essa mesma oposição e mata a dinâmica de pensar e construir alternativas políticas. É no Parlamento Local que as oposições devem estar e devem actuar.

A oposição tem de ser livre e, livre, é mais forte em vista das eleições seguintes. Pois, para a sanidade do sistema democrático, as oposições devem ser fortes em função das eleições e não no trabalho dos executivos. Quem ganha deve governar e ser responsabilizado pela sua administração sem confusões nem desculpas.

Esta reforma política, hoje já credenciada constitucionalmente, deve ser feita o mais rapidamente possível e de modo que seja já aplicada no próximo acto eleitoral autárquico do Outono deste ano.

**GUARDA****JOAQUIM VALENTE  
É CANDIDATO SOCIALISTA  
À AUTARQUIA**

O Partido Socialista indigitou o actual director da Refer para as linhas das Beiras Alta e Baixa, Joaquim Valente, como candidato à presidência da Câmara Municipal da Guarda nas eleições autárquicas de Outubro. A decisão foi tomada na reunião da Comissão Política Concelhia local, que decorreu na passada sexta-feira, 18 de Março.

Joaquim Valente desempenha actualmente funções de vereador no concelho de Celorico da Beira.

A designação deste engenheiro surge após a presidente do município da Guarda, Maria do Carmo Borges, ter anunciado publicamente não pretender recandidatar-se ao cargo.

Destaque-se que desde as primeiras eleições democráticas que a autarquia da Guarda é presidida pelo PS.

**MARVÃO****CANDIDATURA  
DE ANTÓNIO AMARO  
APROVADA NA CONCELHIA**

O professor universitário António Duarte Amaro vai ser o candidato socialista à Câmara Municipal de Marvão (distrito de Portalegre), nas próximas eleições autárquicas.

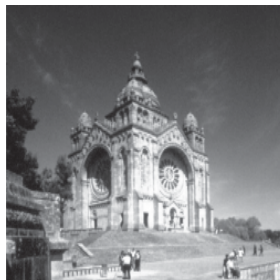
António Amaro, 53 anos, é director da Escola Superior de Saúde de Alcoitão, e foi indigitado pela Comissão Política Concelhia do PS de Marvão para disputar a batalha eleitoral neste município que é dirigido pelos socialistas. Recorde-se que nas no último acto eleitoral para o poder local (autárquicas de 2001), o nosso partido conquistou a edilidade de Marvão, com três mandatos, contra dois do PSD.

Manuel Bugalho, o actual presidente do município, segundo explicou à Comunicação Social, que não se recandidata a novo mandato por "motivos familiares".

**VIANA DO CASTELO****SOCIALISTAS AVANÇAM COM  
RECANDIDATURA DE DEFENSOR MOURA**

A Concelhia de Viana do Castelo do PS anunciou, no passado dia 20 de Março, ter indigitado o actual presidente da câmara local, Defensor Moura, como candidato do partido às próximas autárquicas.

Em comunicado, a estrutura socialista refere que a escolha do autarca foi feita por "voto secreto e por unanimidade", tendo Defensor Moura sido ainda "mandatado para estabelecer os contactos necessários para formar as listas de



candidatos aos órgãos autárquicos do concelho".

Eleito presidente da autarquia de Viana do Castelo pela primeira vez em 1993, Defensor Moura foi desde então reeleito consecutivamente para o cargo.

No comunicado, a concelhia socialista acusa os governos do PSD de, nos últimos três anos, terem "torpedeado e travado" a gestão do município, nomeadamente em termos do programa Polis e redes de saneamento e abastecimento de água.

**LOURINHÃ****JOSÉ MANUEL CUSTÓDIO RECANDIDATA-SE  
À LIDERANÇA DO CONCELHO**

O presidente da Câmara da Lourinhã, José Manuel Custódio, é o candidato socialista a um novo mandato à frente da autarquia. O anúncio oficial foi feito no passado dia 18 de Março, pela Comissão Política Concelhia do PS.

Em declarações à Comunicação

Social, José Custódio disse que se vai candidatar às próximas eleições autárquicas porque "as pessoas têm reconhecido o trabalho feito na Câmara e porque gostaria de terminar um conjunto de obras no concelho". O autarca salientou a construção do "parque jurássico", um novo museu

dedicado aos dinossauros descobertos na localidade e para o qual a autarquia cedeu o terreno, a construção de uma variante à Lourinhã e a ligação da vila à auto-estrada A8, e o processo de despoluição do rio Grande.

José Manuel Custódio, 59 anos, dirige o município da Lourinhã desde 1985.

**ALANDROAL****JOÃO NABAIS APRESENTA RECANDIDATURA**

O presidente socialista da Câmara Municipal de Alandroal, João Nabais, anunciou no passado dia 19 a sua recandidatura às eleições autárquicas deste ano.

Gestor de 39 anos, que está a cumprir o primeiro mandato como presidente da autarquia, fez a apresentação da sua recandidatura durante o II Encontro de Autarcas Socialistas do Concelho de Alandroal, distrito de Évora, um evento aberto ao público.

Em declarações à Imprensa, Nabais disse que o encontro de sábado teve como



objectivo fazer "o balanço do mandato e reflectir sobre o que foi feito e o que falta fazer no concelho".

"Não é em quatro anos que se esgota um projecto e anuncio hoje a minha recandidatura com a mesma convicção de há quatro anos: trabalhar pelo desenvolvimento do concelho de Alandroal", adiantou.

Recorde-se que João Nabais tinha cumprido um mandato como vereador da oposição no município de Alandroal, retirando em 2001 a presidência da Câmara à CDU.

**ABRANTES****NELSON CARVALHO DISPONÍVEL  
PARA NOVO MANDATO**

O actual chefe do executivo camarário abrantino, o socialista Nelson Carvalho, anunciou que vai recandidatar-se à liderança da autarquia.

Em declarações à Imprensa, Nelson Carvalho justificou a sua recandidatura à autarquia de Abrantes com a necessidade de concretizar projectos nas áreas da "educação e saneamento" que se vão prolongar no próximo mandato.

"Para além de continuar aquilo a que chamamos política de coesão do concelho", o objectivo passa ainda por propostas de "desenvolvimento económico e de emprego" e por "apostas claras



no plano tecnológico e em novas escolas". A recandidatura de Nelson Carvalho foi aprovada pela Comissão Política

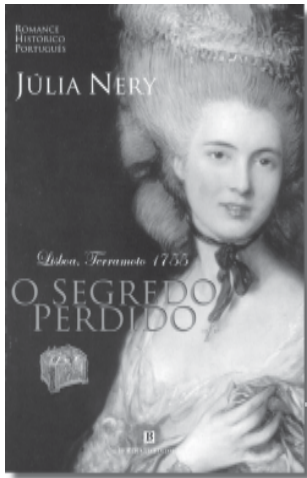
Concelhia de Abrantes no passado dia 18, que reafirmou a sua confiança também em Jorge Lação para voltar a liderar a lista à Assembleia Municipal.

Recorde-se que nas eleições autárquicas de 2001, o PS venceu em Abrantes por maioria absoluta, com 47 por cento dos votos, mas perdeu um vereador, pelo que o objectivo passa pelo reforço da votação. "Um dos nossos objectivos é consolidar a nossa maioria e estamos num bom clima e num bom momento para aumentar a votação", explicou o edil socialista, que se propõe realizar um quarto mandato à frente dos destinos de Abrantes.

## LIVROS DOS NOSSOS

### UM LIVRO FASCINANTE: O SEGREDO PERDIDO DE JÚLIA NERY

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



#### *O segredo perdido*

Júlia Nery  
Bertrand Editora  
Lisboa 2005

Escritora de fundo — daquelas que um dia começaram a publicar e, de tão seguras que se mostraram na arte de escrever, nunca mais pararam — Júlia Nery satisfaz-nos e surpreende-nos a cada livro que põe cá fora: ela sabe engendrar histórias, sabe contá-las e, sobretudo, sabe escrevê-las num Português que uma recente tradição de literatura passageira (a que a globalização insiste em chamar “light”), e uma outra de literatura supostamente culta e inovadora (tipo “nova geração”) mas que na realidade é curta e desconhecadora da história literária — já quase nos conseguiram desabituar. É por isso que Júlia Nery foi distinguida com o “Prémio Eça de Queirós 1994 de Literatura”.

E estas qualidades da escritora são, uma vez mais, confirmadas pelo seu último livro — *O Segredo Perdido* — Lisboa, Terramoto de 1755 — que se vem inscrever na nossa já longa e muito rica tradição de romance histórico. Só que, neste caso, um romance histórico que não perde a noção do “histórico” — ou seja, não é uma simples reconstituição de época, que na verdade é verosímilante e convincente, mas um exercício de reflexão sobre a passagem do tempo, em que tudo varia excepto as pessoas e os lugares: se as pessoas do romance são tipos humanos que, afora periferias como vestuário, hábitos e meios de vida, ou conhecimentos e modos de fazer (esses, sim, reconstituições), são no fundo representações da eterna condição humana, o lugar da acção, o palco, é sempre Lisboa, seja ela o Pátio do Ferrador, entre 1752 e 755; o Alto do Duque, a 1 de Novembro de 1755, dia do terrível terramoto seguido de maremoto; a “Lisboa destruída”, por Novembro e Dezembro 1755; e depois o Rossio em 1761, com a morte do Padre Malagrida às mãos do Santo Ofício, e em 1765; esta “Lisboa prezada”, em Abril 1942, esta “Lisboa formosa”, nos anos 2000 a 2003 — ou neste mês de Março de 2005, quando me foi dada a possibilidade de ler este bellissimo romance, e com ele me comover.

Mas o fio condutor desta História não é apenas Lisboa, enquanto lugar, nem tampouco o cofre com segredo encontrado num antiquário e que guarda preciosas folhas de papel que encerram a memória de um drama pessoal e as cartas de um amor sem resposta — de uma mulher, Maria Antónia, que teve que viver a vida como se outra mulher fosse, como Sórora Beatriz Antónia do Menino Jesus, uma daquelas tristes sóras que povoam a nossa história. São as pessoas do lugar, aquelas que nos seus mistérios e viveres transformam uma malha urbana numa complicada teia de relações humanas. Mas são também aquelas pessoas que por cá passaram ou por cá passaram — como, em 1942, a refugiada judia alemã que, para arranjar o dinheiro necessário para chegar à América num dos “barcos da última esperança” que daqui zarpavam, teve que vender um bem de família, um pequeno cofre que, sem ela saber, trazia um segredo nas suas entranhas: a triste e nostálgica história de Maria Antónia e, por arrastamento, a de uma Lisboa que não morre.

Um segredo perdido, que Júlia Nery achou.

LUÍZ FAGUNDES DUARTE

## SILVINO GOMES DA SILVA DIRECTOR INTERINO DO “AS”

Em virtude de ter assumido a tutela da comunicação social integrada na pasta dos Assuntos Parlamentares, o director do “Acção Socialista”, Augusto Santos Silva, demitiu-se das funções que desempenhava nos órgãos oficiais do PS em carta dirigida ao presidente do partido,

Almeida Santos.

Até à eleição de um novo director, o que deverá acontecer na próxima reunião da Comissão Nacional, desempenhará interinamente essas funções o camarada Silvino Gomes da Silva, actual director-adjunto do “Acção Socialista”.

## OPINIÃO

## A VERDADE E AS MENTIRAS SOBRE A CARGA FISCAL

*Quem hoje se indigna e escandaliza contra o aumento da carga fiscal é precisamente quem, sorrateiramente, a aumentou no passado recente. Não há dúvida que, entre 2002 e 2003, os impostos indirectos passaram de 40,4 por cento para 41,9 por cento na carga fiscal, o que demonstra que o ex-Governo PSD/PP não apenas contribuiu para aumentá-la, mas para torná-la ainda mais iníqua.*

JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Será que os cidadãos portugueses estarão sobrecarregados de impostos, a ponto de estarem prestes a desencadear uma revolução semelhante à que esteve na origem dos Estados Unidos da América do Norte? A avaliar pelas reacções às declarações à imprensa do ministro de Estado e das Finanças Luís Campos e Cunha de que “no médio prazo, é quase inevitável aumentar os impostos” para evitar o agravamento do défice, tudo aponta para se esteja a preparar um forte movimento de consciências escandalizadas perante a enorme injustiça que o sinistro ministro do Governo do Partido Socialista está a perpetrar. Embora o primeiro-ministro já tenha esclarecido que os impostos não serão aumentados, é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre um tema que desencadeia emoções e paixões enraivecidas, mas que raramente é analisado sob uma perspectiva racional e objectiva.

Não é verdade que Portugal seja um país com uma elevada carga fiscal. Segundo a Eurostat, em 2003, a carga fiscal portuguesa era de 38,1 por cento do PIB, valor ainda inferior à média da Europa dos 25 que se situava em 41,5 por cento. O que é significativo nestes números é que, mesmo com a entrada de países que efectuaram reformas fiscais de tipo neoliberal para atrair capitais, a carga fiscal nacional não supera ainda a média da União Europeia. Relativamente à ex-Europa dos Quinze, a diferença seria certamente ainda mais significativa do que a actual. E que dizer de países, como a Suécia, que possuem uma carga fiscal mais de 13 por cento superior à de Portugal? Será que isso os impede de ter, simultaneamente, uma economia inovadora e um Estado social forte?

Já estou a ouvir a resposta das consciências atormentadas pela elevada carga fiscal portuguesa: “Mas a Suécia não é Portugal!”. Monsieur La Palice não encontraria melhor argumento. É verdade! Quem somos nós para pôr em causa as verdades evidentes de tão douto personagem. No entanto, há que penetrar para além das aparências imediatas para descobrir a verdadeira natureza da questão. E esta é que não existe uma elevada carga fiscal em Portugal, mas sim uma enorme iniquidade fiscal. De facto, Portugal é o país da União Europeia onde o peso dos impostos indirectos na carga fiscal é o mais elevado: 41,9 por cento contra apenas 24,6 por cento dos impostos directos. Ao contrário dos impostos directos, os impostos indirectos não são progressivos, recaem indiscriminadamente sobre a despesa, não tendo em conta a desigualdade na repartição dos rendimentos. Alguém disse, com justeza, que a melhor forma dos ricos deixarem de pagar impostos é construir um sistema fiscal integralmente sustentado pelos impostos indirectos.

Quem hoje se indigna e escandaliza contra o aumento da carga fiscal é precisamente quem, sorrateiramente, a aumentou no passado recente. Não há dúvida que, entre 2002 e 2003, os impostos indirectos passaram de 40,4 por cento para 41,9 por cento na carga fiscal, o que demonstra que o ex-Governo PSD/PP não apenas contribuiu para aumentá-la, mas para torná-la ainda mais iníqua. Maus perdedores, parece que os seus herdeiros não aprenderam a lição e continuam a insistir nas mesmas estafadas receitas. Interrogado sobre que impostos poderão subir, o deputado do PSD Miguel Frasquilho responde assim: “O mais fácil é o imposto sobre os combustíveis. Nem quero pensar que seja o IRS ou o IRC” (*Público*, 6.03.05). Enfim, o processo de “refundação” do PSD deve estar a deixar muitas mentes perturbadas. Uma ida ao psiquiatra talvez lhes fizesse bem.

Com estes esclarecimentos não estamos a defender que os impostos devam ser aumentados. Consideramos, pelo contrário, que o sistema fiscal português deve tornar-se mais justo e equitativo através da redistribuição da carga fiscal. Trata-se de uma tarefa de longo prazo, mas que deve ser assumida por um Governo interessado em promover a justiça social. Tarefa difícil, porém, num contexto internacional em que proliferam as teses neoliberais sobre a competitividade fiscal e o nivelamento por baixo dos direitos sociais. Entretanto, a única forma de aumentar as receitas fiscais é combater o flagelo da evasão fiscal. Não no médio e no longo prazo, mas já no curto prazo.

**José Sócrates**

Primeiro-ministro

**Filipe Baptista**  
Sec. de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

**António Costa**

Ministro de Estado e da Administração Interna

**Eduardo Cabrita**  
Sec. de Estado Adjunto e da Administração Local

**José Magalhães**  
Sec. de Estado Adjunto e da Administração Interna

**Ascenso Simões**  
Sec. de Estado da Administração Interna

**Fernando R. Andrade**  
Subsec. de Estado da Administração Interna

**Diogo Freitas do Amaral**

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

**João Gomes Cravinho**  
Sec. de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

**Fernando de Oliveira Neves**  
Sec. de Estado dos Assuntos Europeus

**António Braga**  
Sec. de Estado das Comunidades Portuguesas

**Luís Campos e Cunha**

Ministro de Estado e das Finanças

**Manuel Baganha**  
Sec. de Estado Adjunto e do Orçamento

**Maria dos Anjos Capote**  
Sec. de Estado do Tesouro e Finanças

**João Amaral Tomás**  
Sec. de Estado dos Assuntos Fiscais

**João Figueiredo**  
Sec. de Estado Administração Pública

# Composição do XVII Governo Constitucional

*"Este Governo não é um Governo sem alma. Este Governo não se rende ao pragmatismo sem valores, nem confunde competência com tecnocracia.*

*O Governo que hoje assume funções é um Governo com identidade política, um quadro de princípios e de valores estruturantes que o inspiram e que orientarão a sua conduta política."*

**José Sócrates**

*Discurso de posse, 12 de Março de 2005*

 <b>Pedro Silva Pereira</b> Ministro da Presidência	 <b>Luís Amado</b> Ministro da Defesa	 <b>Alberto Costa</b> Ministro da Justiça	 <b>Francisco Nunes Correia</b> Ministro do Ambiente, do Ord. do Território e do Desenv. Regional	 <b>Manuel Pinho</b> Ministro da Economia e Inovação	 <b>Jaime Silva</b> Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	 <b>Mário Lino</b> Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	 <b>Vieira da Silva</b> Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	 <b>Correia de Campos</b> Ministro da Saúde	 <b>Mª. de Lurdes Rodrigues</b> Ministra da Educação	 <b>Mariano Gago</b> Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	 <b>Isabel Pires de Lima</b> Ministra da Cultura	 <b>Augusto Santos Silva</b> Ministro dos Assuntos Parlamentares
 <b>Jorge Lação</b> Sec. de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	 <b>Manuel Lobo Antunes</b> Sec. de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar	 <b>José Conde Rodrigues</b> Sec. de Estado Adjunto do Ministro da Justiça	 <b>Humberto Rosa</b> Sec. de Estado do Ambiente	 <b>António Castro Guerra</b> Sec. de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação	 <b>Luís Vieira</b> Sec. de Estado Adjunto da Agricultura e das Pescas	 <b>Paulo Campos</b> Sec. de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações	 <b>Idália Moniz</b> Sec. de Estado Adjunta e da Reabilitação	 <b>Carmen Pignatelli</b> Sec. de Estado Adjunta e da Saúde	 <b>Jorge Pedreira</b> Sec. de Estado Adjunto e da Educação	 <b>Manuel Heitor</b> Sec. de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	 <b>Mário Carvalho</b> Sec. de Estado da Cultura	
 <b>Laurentino Dias</b> Sec. de Estado da Juventude e do Desporto		 <b>João Tiago Silveira</b> Sec. de Estado da Justiça	 <b>João Ferrão</b> Sec. de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades	 <b>Fernando Serrasqueiro</b> Sec. de Estado do Comércio, Serviços e Def. do Consumidor	 <b>Rui Nobre Gonçalves</b> Sec. de Estado do Desenvol. Regional e das Florestas	 <b>Ana Paula Vitorino</b> Sec. de Estado dos Transportes	 <b>Pedro Marques</b> Sec. de Estado da Segurança Social	 <b>Francisco Ramos</b> Sec. de Estado da Saúde	 <b>Valter Lemos</b> Sec. de Estado da Educação			
			 <b>Rui Baleiras</b> Sec. de Estado Desenvolvimento Regional	 <b>Bernardo Trindade</b> Sec. de Estado do Turismo			 <b>Fernando Medina</b> Sec. de Estado do Emprego e da Formação Profissional					

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR INTERINO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. **Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt  
EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para [accasocialista@ps.pt](mailto:accasocialista@ps.pt)

[www.psp.pt/acao](http://www.psp.pt/acao)